

Revista da Academia  
Sul-Mato-Grossense de Letras

Apoio cultural:

Prefeitura Municipal de Campo Grande.



# Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras

n. 1

setembro de 2003

Academia Sul-Mato-Grossense de Letras  
Campo Grande – Mato Grosso do Sul

Pesquisa, seleção,  
diagramação e revisão:  
H. Campestrini

Academia Sul-Mato-Grossense de Letras  
Rua Rui Barbosa, 2.624 – fone/fax (67) 382-1395  
79002-365 Campo Grande MS

# Apresentação

Desde que assumiu, a atual diretoria da Academia está empenhada na ampla divulgação da produção literária de seus sócios. Embora o Suplemento Cultural (veiculado aos sábados, no jornal CORREIO DO ESTADO) publique semanalmente textos de nossos acadêmicos, o leitor ainda enfrenta dificuldades para ter acesso a obras de escritores locais. Assim, superados alguns obstáculos, está sendo lançada a REVISTA DA ACADEMIA SUL-MATO-GROSSENSE DE LETRAS, exatamente para divulgar nossos escritores, de modo especial entre a classe estudantil.

Surge, assim, o n. 1 de nossa Revista, modesta na apresentação e rica no conteúdo, representado este por uma significativa antologia, em prosa, de sócios já falecidos – justa homenagem aos que tanto trabalharam para a consolidação da Academia e o engrandecimento de nossas letras.

Constatará o leitor que os textos são quase todos de fundo histórico, porque os primeiros escritores da Academia se preocuparam em registrar nossa caminhada. Nisto, a Revista, além de comprovar a qualidade literária de nossos autores, estará, certamente, contribuindo para o resgate de nosso passado.

Pretende-se, nos próximos números, divulgar poetas, também já falecidos. Depois, os que estão participando ativamente na construção do universo artístico de nosso Estado.

Ao mesmo tempo em que registro a alegria de a Academia estar lançando esta Revista, deixo aqui os agradecimentos ao acadêmico Hildebrando Campestrini, que tornou possível este trabalho.

Setembro de 2003.

Fr. Leal de Queiroz  
Presidente



# Sumário

Pequeno histórico da Academia – 13.

Luís Alexandre de Oliveira – 21.

## Antologia

– Ulisses Serra

    Maria Bolacha e Josetti – 27.

    Argemiro e o ingazeiro – 29.

    O meu algibe – 32.

    A morte do seresteiro – 35.

    Motivos de um título – 37.

– Elpídio Reis

    O velho – 39.

    Polca – 44.

    Churrasco – 46.

– Paulo Coelho Machado

    O Doutor Sílvio de Andrade – 47.

    O portão de ferro – 49.

    O Estado de Sítio – 50.

    Napoleão – 52.

– Antônio Lopes Lins

    Juiz de direito em Corumbá – 55.

– Otávio Gonçalves Gomes

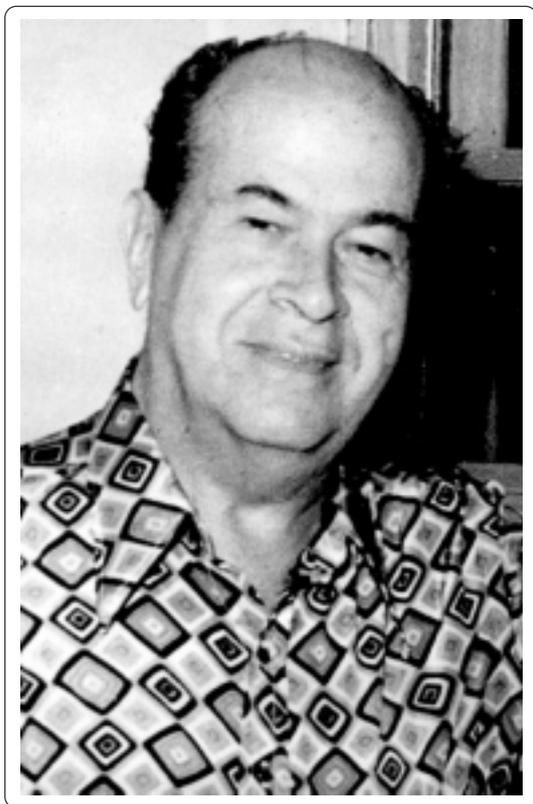
    Revoltosos na fazenda Esperança – 59.

    Atentado ao Presidente do Estado – 61.

– Luís Alexandre de Oliveira

    O advogado e a colônia japonesa – 63.

- Argus Cirino
  - Viagem ao Inferno – 67.
  - Grupo escolar – 75.
- José Barbosa Rodrigues
  - A extração da erva-mate – 77.
  - A imigração gaúcha – 82.
  - Criação do Território de Ponta Porã – 86.
- Demóstenes Martins
  - Itinerário de um destino – 89.
- Eduardo Machado Metelo
  - Três casos de meu pai – I – 93.
  - Três casos de meu pai – II – 94.



Ulisses Serra

Fundador da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras



## Quadro dos sócios efetivos da Academia

Cadeira	Patrono	Titular
1	Nicolau Fragelli	Hernâni Donato
2	D. Francisco de Aquino Correia	Ângelo Venturelli
3	Ulisses Serra	Heliophar Serra
4	Joaquim Duarte Murtinho	Antônio Alves Guimarães
5	José Ribeiro de Sá Carvalho	Enilda Mongenot
6	Arnaldo Estêvão de Figueiredo	<i>vaga</i>
7	José Barnabé de Mesquita	Américo F. Calheiros
8	Itúrbides Almeida Serra	Raquel Naveira
9	Mal. Mascarenhas de Moraes	Frei Gregório de Pr. Alves
10	Argemiro de Arruda Fialho	José Fragelli
11	José V. Couto de Magalhães	José Couto Vieira Pontes
12	Mal. Cândido M. da S. Rondon	<i>vaga</i>
13	Estêvão de Mendonça	<i>vaga</i>
14	Severino Ramos de Queirós	Jorge Antônio Siúfi
15	Pandiá Calógeras	Paulo Corrêa de Oliveira
16	Rosário Congro	Acyr Vaz Guimarães
17	Eduardo Olímpio Machado	<i>vaga</i>
18	Aguinaldo Trouy	Abrão Razuk
19	João Guimarães Rosa	Maria da Glória Sá Rosa
20	Visconde de Taunay	<i>vaga</i>
21	Arlindo de Andrade Gomes	Reginaldo Alves Araújo
22	Vespasiano Martins	Oliva Enciso
23	Sabino José da Costa	Rui Garcia Dias
24	Lobivar de Matos	Arassuay Gomes de Castro
25	Arnaldo Serra	Zorillo de Almeida Sobrinho
26	Pedro Medeiros	Adair José de Aguiar
27	Antônio João Ribeiro	Lélia R. de F. Ribeiro
28	Raul Machado	Augusto César Proença
29	Elmano Soares	José Pedro Frazão

30	Otávio Cunha Cavalcânti	Hélio Serejo
31	Henrique Cirilo Correia	Hildebrando Campestrini
32	Weimar Torres	Abílio Leite de Barros*
33	Ovídio Correia	Flora Egidio Thomé
34	Tertuliano Meireles	Altevir Alencar
35	Múcio Teixeira	Rubênio Marcelo
36	Frânklin Cassiano da Silva	Lucilene Machado
37	Padre José Valentim	Francisco Leal de Queiroz
38	Enzo Ciantelli	<i>vaga</i>
39	João Tessitori Júnior	Geraldo Ramon Pereira
40	Lima Figueiredo	<i>vaga</i>

\* Não tomou posse ainda.

#### Diretoria (2003-05)

*Presidente:* Francisco Leal de Queiroz.

*Vice-presidente:* Reginaldo Alves de Araújo.

*Secretário-Geral:* Rubênio Marcelo.

*Secretário:* José Pedro Frazão.

*Tesoureiro:* Antônio Alves Guimarães.

*Segundo tesoureiro:* Augusto César Proença.

# Pequeno histórico da Academia

---

Há, sobre a história da Academia, duas obras: a primeira, 20 ANOS, de José Couto Vieira Pontes, que relata as atividades das duas primeiras décadas da instituição; a segunda, JUBILEU DE PRATA, de Elpídio Reis, que completa a primeira. Não pretendem, estas páginas, ser continuação daquelas obras e, sim, síntese delas com algumas atualizações.

No dia 30 de outubro de 1971, Ulisses Serra fundou a Academia de Letras e História de Campo Grande, tendo como co-fundadores José Couto Vieira Pontes e Germano Barros de Sousa. Logo foram incorporados outros intelectuais, como J. Barbosa Rodrigues, Júlio Alfredo Guimarães e Antônio Lopes Lins.

No ano seguinte, no dia 30 de junho, falecia Ulisses Serra, que escrevera, no seu insubstituível CAMALOTES E GUAVIRAIS (lançado em 1971): “Se eu morrer alhures, onde quer que seja, morrerei um exilado e um proscrito de mim mesmo. Como sucedia aos antigos egípcios, minha alma, aflita e errante, esvoaçaria pelo Infinito sem nunca encontrar abrigo. Aqui não morreria de todo. Ouviria o passo e a voz dos meus amigos, o gorjeio dos pássaros que amo, o farfalhar das frondes que conheço e o bater do coração da minha casa.”

Assumia a direção da Academia o vice-presidente José Couto Vieira Pontes que, reeleito sucessivamente, esteve à frente dos destinos da Casa até outubro de 1982.

No dia 13 de outubro de 1972, ocorreu, no salão nobre do Hotel Campo Grande, a sessão solene de instalação da Academia de Letras e História de Campo Grande, com a presença de inúmeras autoridades, destacando-se os escritores Ivã Lins e Hernâni Donato. Aquele, representando a Academia Brasileira de Letras; este, a Academia Paulista de Letras.

De 1982 a 85, foi presidente Otávio Gonçalves Gomes<sup>1</sup>; sucedeu-o J. Barbosa Rodrigues. Em 1988 foi eleito Elpídio Reis, que presidiu a Academia até 1997, quando faleceu, sendo substituído pelo vice-presidente Arassuay Gomes de Castro, que, por motivos de saúde, renunciou em 29 de janeiro de 1999.

1. Na presidência de Otávio Gonçalves Gomes, o brasão da Academia sofreu leve alteração: das 54 estrelas foram retiradas 14, representando, as quarenta remascentes, o número de cadeiras da Academia. No lugar das estrelas excluídas inseriu-se, por sugestão do acadêmico Hildebrando Campestrini, o dístico (de Cícero) *Litterarum Lumen* (a luz das letras).

Assumiu interinamente o secretário-geral, Hildebrando Campestrini, que convocou imediatamente novas eleições, tendo sido eleito, em 11 de fevereiro do mesmo ano, José Pereira Lins, que completou o mandato e foi reeleito, tendo renunciado em 13 de novembro de 2002, substituído pelo secretário-geral, Hildebrando Campestrini (o vice-presidente, Júlio Alfredo Guimarães, falecera), que reorganizou os serviços da Academia, convocou novas eleições e passou o cargo, no dia 30 de janeiro de 2003, ao novo presidente, Francisco Leal de Queiroz.

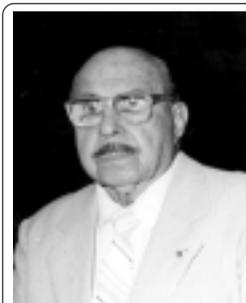
\* \* \* \*

Pode-se dividir a história da Academia em antes e depois da presidência de Elpídio Reis. Na primeira fase, de consolidação, a Academia criou, nos primeiros anos, por sugestão do fundador, o Suplemento Cultural, que é até hoje publicado todos os sábados, no CORREIO DO ESTADO (jornal de maior circulação no Estado). Acrescente-se que o Suplemento Cultural deve ser hoje o de maior longevidade na imprensa brasileira. Além disso, era instituído, em 1972, o Concurso de Contos Ulisses Serra, que foi realizado com sucesso por vários anos.

Sem imóvel próprio, a Academia, naquela fase, inicialmente com sede na casa de seus dirigentes, fixou-se nas dependências do jornal CORREIO DO ESTADO, por cortesia do sócio J. Barbosa Rodrigues. Logo começaram as publicações, destacando-se CAMPO GRANDE – ASPECTOS JURÍDICOS E POLÍTICOS DO MUNICÍPIO (de Demóstenes Martins, 1972), DESTE LADO DO HORIZONTE (de José Couto Vieira Pontes, 1972), BIOGRAFIAS DE PATRONOS (1973).



Otávio Gonçalves Gomes



J. Barbosa Rodrigues



Acadêmicos na sessão solene de entrega dos prêmios do  
Concurso Ulisses Serra (1973, no Clube Libanês).

*A partir da esquerda, sentados:* Henedina Hugo Rodrigues, Maria da Glória Sá Rosa, Oliva Enciso, Emygdio Livrado Cândido e Silva (vencedor do concurso de 1972), Miguel Jorge (de Goiás, vencedor do concurso de 1973), Otávio Gonçalves Gomes, Alcindo de Figueiredo e Mariano Cebalho.

*Em pé:* Germano Barros de Sousa, Licurgo Bastos, Júlio Alfredo Guimarães, Demóstenes Martins, Rui Garcia Dias, José Couto Vieira Pontes, Osvaldo (da Ultragaz, patrocinadora do Concurso), Sá Carvalho, J. Barbosa Rodrigues, Barros e Vasconcelos e Jorge Antônio Siufi.

Quando assumiu a presidência, Elpídio Reis propôs alguns projetos, iniciando pela mudança de endereço. Alugou-se um sobrado na Rua Euclides da Cunha, com espaço para ali implantar alguns serviços e oferecer cursos.

Em 1988, como contribuição maior à cultura sul-mato-grossense, surgiu a Série Historiográfica (com 14 títulos), publicada pelo Tribunal de Justiça, graças ao empenho do sócio Hildebrando Campestrini, que era diretor naquele órgão. Dessa coleção se destacam obras que atualmente são clássicas em nossa bibliografia: SEISCENTAS LÉGUAS A PÉ (de Acyr Vaz Guimarães, reeditada pela Biblioteca do Exército), CAMALOTES E GUAVIRAI (de Ulisses Serra), CANAÃ DO OESTE (de José de Melo e Silva), PELAS RUAS DE CAMPO GRANDE (1.º volume – A RUA VELHA; 2.º – A RUA PRINCIPAL; 3.º – A RUA BARÃO – de Paulo Coelho Machado, observando-se que o 4.º volume e 5.º foram editados posteriormente pela prefeitura municipal) e HISTÓRIA DE MATO GROSSO DO SUL (de Hildebrando Campestrini e Acyr Vaz Guimarães).

Foi criada a Estante de Mato Grosso do Sul e, pouco depois, foram ativados o Centro de Pesquisa e o Clube do Livro para incentivar a leitura e facilitar a pesquisa principalmente de estudantes.

Outra iniciativa foi a Campanha de Angariação e Distribuição de Livros, que conseguiu alguns milhares de volumes, com os quais a Academia formou numerosas minibibliotecas, distribuídas a escolas, presídios, clubes de serviço, entre outros. Anote-se que esta Campanha teve a colaboração intensa do sócio efetivo Hélio Serejo.

Foram ministrados, na sede, diversos cursos, como Arte Poética, Arte de Escrever, Arte do Conto. E para os alunos das escolas da capital foi criada a campanha A Academia nas Escolas, que levava acadêmicos para falar aos alunos. Só Elpídio Reis proferiu mais de trezentas palestras a estudantes, não incluídas as diversas que proferiu no interior do Estado.

Incentivando o intercâmbio, a Academia recebeu a visita do então presidente da Academia Brasileira de Letras, Austregésilo de Ataíde, e de Afrânio Coutinho.

Nesse período a Academia expandiu-se para o interior, com alguns cursos e algumas sessões solenes, destacando-se a de comemoração do centenário de Aquidauana.



Homenagem a Afrânio Coutinho, em 16-12-88.  
*Na primeira fila, a partir da esquerda:* Os acadêmicos Geraldo Ramon Pereira, Oliva Enciso, Antônio Lopes Lins, Walmir Coelho e Demóstenes Martins (os três últimos já falecidos).



Sessão solene em homenagem a Austregésilo de Ataíde (à direita de Elpídio Reis, em pé), quando de sua visita a Campo Grande e à Academia.

Vale registrar que o acadêmico Luís Alexandre de Oliveira doou, em vida, para a Academia, sua ampla casa, situada no centro da cidade, na Rua Rui Barbosa, 2.624. Com o seu falecimento, a Academia pôde transferir-se para sua sede definitiva, em 1.º de outubro de 1999.

Destaque-se por fim, que o atual presidente recuperou alguns espaços do imóvel, o que permitiu instalar, na parte do fundo, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul e implantar, na área vaga, um excelente espaço cultural, inaugurado no dia 14 de agosto de 2003.

Hoje a Academia está bem instalada, atendendo, como referência cultural, a todos que buscam seus serviços, principalmente sua biblioteca e acadêmicos (para entrevistas e orientações).



\* \* \* \*



Posse do acadêmico Francisco Leal de Queiroz, em 21-8-87.  
*A partir da esquerda:* Wilson Barbosa Martins (duas vezes governador do Estado), Marcos Villaça, da Academia Brasileira de Letras, e o empossando.



José Couto Vieira Pontes (à direita)  
com Austregésilo de Ataíde.



Elpidio Reis conversa com alunos de escola  
pública, na campanha A Academia nas Escolas.



# Luís Alexandre de Oliveira

Humanista de mérito

José Couto Vieira Pontes

Escritor, magistrado, sócio fundador da  
Academia Sul-Mato-Grossense de Letras,  
detentor de vários prêmios literários nacionais.

Creio ninguém desconheça a inesquecível figura do professor e advogado Luís Alexandre de Oliveira.

Destacou-se, em Campo Grande, com repercussão em todo o Estado (tanto Mato Grosso uno como o atual Mato Grosso do Sul), como educador emérito, cultor do Direito, profundo conhecedor não só da Literatura Brasileira como também da universal, a exemplo de que sua biblioteca particular, ampla e variada, era dotada das mais importantes produções das letras, obras de Filosofia, História e Línguas, além de raridades como a coleção completa do grande historiador italiano Cesare Cantú e obras de autores como Alexandre Herculano e Camilo Castelo Branco.

Nasceu em Teixeira (hoje Viçosa, MG), em 14 de abril de 1903, de origem humilde, filho de Januária Maria de Oliveira, de quem sempre se lembrava, com emoção, pelas dificuldades que esta enfrentou para o sustentar e educar.

Atraída pelo progresso que a região sul de nosso Estado adquirira com a chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, D. Januária para cá se deslocou com seus dois filhos, tendo conseguido a passagem com o engenheiro dr. Antônio Penido, instalando-se em Aquidauana, em 1913, então a cidade mais próspera do sul do Estado.

Posteriormente, a referida cidade perdeu importância com a transferência das oficinas da ferrovia para Três Lagoas. Nessa época, a cidade

que se tornou o ponto de maior importância econômica foi Campo Grande, devendo ser lembrado que Corumbá entrava em decadência.

Campo Grande progredia celeremente, em virtude de seu centripetismo geográfico, como salientava Demóstenes Martins, havendo grandes empreendimentos no local, como a criação do Instituto Pestalozzi, semente do atual Colégio Dom Bosco.

D. Januária fixou-se definitivamente em Campo Grande, em 1923.

Luís Alexandre de Oliveira foi eleito pela Colônia japonesa professor da Escola Visconde de Cairu (entidade mantida por aquela comunidade), onde fez grandes amizades, principalmente com os líderes Oshiro Takemori e José Shimabucuro, a ponto de ter interferido, durante os duros dias da Segunda Guerra Mundial, no sentido de minimizar e até mesmo evitar perseguições a nipônicos aqui residentes. Tal atitude lhe valeu alta comenda outorgada por S. M. o Imperador do Japão, após a guerra.

Chegou a ser auditor da Justiça Militar, em Belém do Pará, ocasião em que recebeu medalha de honra ao mérito, concedida pelo Superior Tribunal Militar.

Advogou por longos anos em Campo Grande, com eficiência e destemor, pois era dotado, não só de vastíssima cultura humanística, como também de invejáveis conhecimentos da Ciência de Carrara.

Ingressou na vetusta Faculdade Nacional de Direito, da Universidade do Brasil, onde estudou com grande dificuldade, recebeu ajuda do famoso professor Hélio Gomes, da cadeira de Medicina Legal, tendo lecionado, com muita aceitação, no Curso de Vestibular da referida entidade, Literatura, Sociologia e Filosofia.

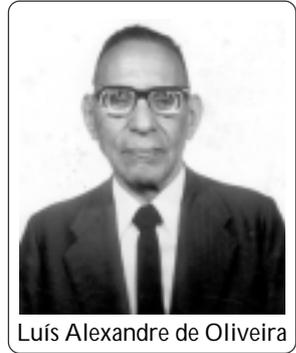
Deputado na Constituinte de Mato Grosso, em 1946, instalada após a deposição de Getúlio Vargas da presidência da República, vice-prefeito na administração do dr. Wilson Barbosa Martins, membro do Rotary Clube de Campo Grande.

Exerceu, por longa data, o mister de diretor do Colégio Osvaldo Cruz, de grande tradição na cidade; adquirindo-o posteriormente, tornou-o a menina de seus olhos, tanto se apaixonara pela instituição.

Membro da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, foi titular da cadeira n. 25, tendo como patrono o poeta Arnaldo Serra. Colaborou

intensamente na imprensa de seu Estado, deixando a substancial obra O MUNDO QUE EU VI, editada em 1986.

Luís Alexandre de Oliveira era uma pessoa simples e amável. Irradiava grande simpatia, conquistava amizades com facilidade, e todos que o conheciam se deliciavam ao ouvirem a sua admirável erudição. Seus discursos, em várias ocasiões, eram emocionantes e dotados de grande beleza lírica. Certa vez, no sepultamento de uma personalidade de destaque da sociedade campo-grandense, lembrou que, em escavações em Roma, descobriram um túmulo onde ainda se achavam intactas as flores de um ramallete, lembrando que os homens sempre prestaram aos mortos as mais comovidas homenagens.



Luís Alexandre de Oliveira

Residia em ampla e bela casa, na Avenida Calógeras, quase esquina com a Barão do Rio Branco e, como era solteiro, reservava várias dependências a advogados amigos que chegavam formados a Campo Grande, tendo, à guisa de exemplo, ali mantido sempre seus escritórios, o dr. Higa Nabukatsu, que se aposentou como desembargador, e o dr. Cândido Fernandes, ex-procurador da Justiça Federal.



Luís Alexandre de Oliveira (ao centro, de terno escuro) em confraternização com a colônia japonesa.

Surpreendi-o, certa vez, fumando charuto, o que achei estranho, pois nunca o tinha visto neste estado. Explicou-me: “Não gosto de fumar em público”.

Gostava imensamente de dar conselhos.

Quando aqui cheguei, após colar grau na mesma faculdade em que ele estudara, no Rio de Janeiro, disse-me: “Você está dizendo, Couto, que ficou admirado com o movimento dos cartórios da cidade. Mas não se iluda. São causas modestas. O advogado come tudo o que se ganha.”

Outro conselho: “Couto, dê mais importância às pessoas que lhe apontarem defeitos que àquelas que hão de bajulá-lo com sua chegada para trabalhar na Advocacia. As censuras são mais valiosas, pois que nos ajudam a corrigir os erros e evitá-los.”

Certa feita, numa solenidade a que compareci, no Colégio Osvaldo Cruz, entre outras belas palavras de fim de ano escolar, ele afirmou: “O Osvaldo Cruz não é nenhum monumento de notável arquitetura e conforto palaciano, mas é a escola da qual os alunos, quando saem, sentem saudades das goteiras.”

Em gesto de incontestável nobreza de espírito, doou, em testamento, a última casa em que residiu, na Rua Rui Barbosa, para sede da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras.

Faleceu Luís Alexandre em 19 de outubro de 1997.

Infelizmente, não existem mais homens da encarnadura de Luís Alexandre de Oliveira, pois que o mundo mudou. Valorizam-se a aparência e a uniformidade das coisas, de modo que já não se permite a existência de uma consciência livre ou intelectualmente sofisticada. Vivemos um tempo fechado em si mesmo, que teima em clonar-se repetitivamente, paroxístico, e que não admite rupturas, reflexões, estando deserta a ágora da dialética.

Mas, quando os homens públicos do futuro erguerem a estatuária dos heróis deste rincão, que não se olvidem da figura magnânima de Luís Alexandre de Oliveira, para que não se repita o que ocorreu em Roma: “Onde está a estátua de Catão?”

# Antologia



# Ulisses Serra

---

Ulisses Serra (Corumbá, 1906 – Campo Grande, 1972) fundou a Academia de Letras e História de Campo Grande. Publicou uma única obra: CAMALOTES E GUAVERAIS (1971).

## Maria Bolacha e Josetti

As cidades não se formam e se caracterizam apenas pelos seus prédios, vitrinas, anúncios luminosos, veículos que se entrecruzam, monumentos, canteiros e chafarizes. Forram-se de tradições, costumes, cultura e sensibilidade. Igualmente dos seus tipos populares, paisagem humana a constituir a alma móvel e errante das ruas.

Maria Bolacha e Josetti, de temperamentos opostos, contemporâneos de calçada, engastaram-se na fisionomia alegre e buliçosa da cidade.

A primeira, anciã, morena cor-de-mate, baixa e gorda, olhos verdes, andar de papagaio e de pano à cabeça, personificava o inconformismo, a reação e a luta. Quando a malta de garotos gritava-lhe o apelido, que ela julgava enxovalhante, vinha-lhe à boca o palavrão, vibrava violentamente o chicote que sempre tinha às mãos e perseguia os seus agressores morais. Todos os dias e o dia todo, de ponta a ponta das ruas, era a zombaria dos gravochoes caboclos e a reação permanente e feroz de Maria Bolacha. À tarde, pelo cansaço, com voz fraca e enternecida, ofegante, pedia clemência aos garotos para que não a chamassem *assim*. Eles se condoíam, silenciavam e uma trégua se estabelecia. Súbito, sobrevinha a irreverência, sibilava um novo Maria Bolacha. Também ressoava um novo palavrão, de novo ela vibrava o seu chicote e se arremessava, violenta, contra aqueles diabretes.

Alquebrada pelos anos, extenuada pela luta e já doente, um dia abandonou a arena das ruas e voltou, para sempre, à sua mansarda no sítio nativo, da Mata do Segredo. Mas, enquanto forças teve, disputou o direi-

to às ruas, defendeu sua dignidade e repeliu a rebenque e pedradas a alcunha desmoralizante.

Josetti não era assim. Era um vaganau diferente. De família ilustre, tinha cordura e mansuetude. O riso comedido e o gesto ainda elegante repontavam dos andrajos que o cobriam. Usava oito, dez, doze e mais anéis em cada mão, de latão e pechisbeque, uma verdadeira manopla. Uma revivescência melancólica dos seus tempos áureos de moço de sociedade, quando se acostumara ao linho e à cambraia, à seda e ao perfume francês. Frequentava os bares do centro da cidade mas nada pedia, nem mesmo insinuava que se lhe pagasse isto ou aquilo. Sempre o sorriso, a mesura, o escrúpulo que o infortúnio não lograra destruir. Em troca tinha a simpatia da cidade. E até o respeito também. Por duas ou três vezes, boêmios de posse vestiram-no com requintes de elegância e soltaram-no nas ruas para espanto de todos e seu próprio entusiasmo em ver-se como nos dias áureos de outrora.

Daqueles escombros humanos e daquele desmantelamento psíquico vinham momentos de lucidez, intermitentes e fugazes. Instigado, falava da sua vida de contador de primeira plana que fora e dos seus dias de funcionário categorizado das Docas de Santos; mas não fazia praça disso, falava com discrição e medida. Nunca, porém, falava da origem da sua desdita, da fronteira *salerosa* que o afagara e envolvera no *nhanduti* sutil e perigoso dos seus encantos e depois, com incêndios de sangue nas veias e alvoradas de mocidade, não quis aquilo que a escritora mundana e célebre chamara monotonia de um só leito. Indiferente aos frangalhos a que iria reduzir um homem, partiu em busca de outras festas genésicas. Josetti, aturdido, fechou os ouvidos ao conselho do curandeiro a Juca Mulato: “Esquece calmo e forte esse amor que te exaspera, que há um outro amor que espregueira e espera pelo teu...”

E ensandeceu.

Morreu numa madrugada friíssima. Encontraram-no com seus farrapos e seus anéis sob as escadarias do Edifício Korndorfer. Amigos espontâneos, humildes uns, outros de alto coturno social, foram devolvê-lo à terra e mandaram celebrar ofícios religiosos pela sua alma. Um recolheu seus famosos anéis doirados para o museu que a cidade um dia há de ter. Outro, seu conterrâneo da Cidade Branca, pintor de sensibilidade, já o havia fixado numa tela a óleo, que hoje enfeita o escritório de advocacia que o

talentoso Wilson Martins fundou. O artista fez ressurgir daquelas ruínas humanas, daqueles andrajos e anéis, o riso característico e triste do Josetti.

Maria Bolacha simbolizou a resistência moral que o convívio sórdido das calçadas não enodoou. A impropérios e a relho lutou ferozmente contra a chacota, cobrando à turba inconsciente e alegre o seu inalienável direito à liberdade das ruas. Josetti encarnou outro tipo. Dominava a cidade com a origem da sua desventura, com os seus anéis baratos, reflexos do que ele fora outrora, com seu sorriso e sua mansidão. Um *clochard* que, sem o saber, ensinava a todos o fabuloso poder do riso e da bondade.

## Argemiro e o ingazeiro

Quando Argemiro Fialho morreu, asfixiado pelas águas revoltas e correntosas das nascentes do Aquidauana, Campo Grande sofreu um forte impacto emocional. A cidade toda se enlutou. Várias homenagens lhe foram prestadas. Outras, mais tarde, quando o seu nome se transformou em nome de rua e de grupo escolar. A Subseção da Ordem dos Advogados afixou uma placa de mármore no fórum para assinalar que ali ele advogara. Convidado para descerrar o crepe que a envolvia e a falar sobre Argemiro, aceitei a primeira incumbência e declinei da segunda, temeroso de a emoção arrebatá-lo o comando da palavra.

Conheci-o dès da nossa adolescência. Mutuamente nos estimávamos e respeitávamo-nos. MINAS DE PRATA, de Alencar, primeiro romance que li, pertencia à estante de livros que seu pai deixara, que ele e sua mãe guardavam com desvelo.

Convenci-o certa vez de, comigo, Augusto Barbato, Pedro Pina e Ubi-rajara Paes de Barros, melhorarmos os nossos conhecimentos de Matemática com o major Manuel Correia de Arruda e Sá, competente professor da matéria, para tentarmos ingresso na escola de capitães-de-longo-curso, fascinados por um edital do Lloyd Brasileiro. Não sei que sonhos de mocidade nos tentaram a conhecer distantes mares e longínquas terras, guiados por cartas náuticas, estrelas e sestantes, e nós próprios a guiar o nosso barco sobre o abismo móvel do encapelado das águas. Todos, com exceção de Pina, filhos de terras sertanejas, distantes dos bramidos do mar.

Acompanhei a vida áspera de Argemiro e sua brilhante ascensão. Talvez não tivesse sido áspera, se seu pai, pequeno mas próspero ruralista em Jaraguari, não o tivesse deixado cedo na orfandade. É verdade, encontrou nobres cirineus e o supremo acalanto do amor maternal. Entre esses cirineus, o mais piedoso talvez, fosse D. Zaíra, esposa e vivandeira de Abrão Júlio Rahe, libanês bom, nobre e que sabia viver para os outros, que fundou sua casa no já longínquo 1912. Argemiro trabalhava no armazém dos Rahe. Sua tarefa, entre outras, era a de lavar garrafas para envasamento de álcool, vinagre e aguardente. Mas quando chegava a hora de ir para a escola, com serviço ainda a fazer, D. Zaíra mandava-o interromper a faina e o substituía até lavar a última garrafa.

Mais tarde, depois de longa e porfiada luta, alcançada a ambiciosa láurea acadêmica, voltou vaidoso e triunfante à terra do berço. Aqui, para ele, as suas vitórias teriam outros cânticos que não alhures, repercutiriam na admiração dos seus conterrâneos e chegariam mais de perto ao encantamento de sua mãe. Bem apessoado, voz forte e sonora, inteligência ágil e cintilante, empolgava na tribuna do júri e por longo tempo passeou nela como *chanteclair* em seu terreiro. Mais o fascinava a tribuna a céu aberto, falando às massas e ouvindo-lhes o calor dos aplausos.

Largamente aparentado, mormente de pequenos ruralistas, ex-professor de centenas de moços, sua escalada na vida, acidentada e brilhante, e sua condição de ser o único conterrâneo a postular nos auditórios locais, tudo isto coletava-lhe imensas simpatias populares. Disso fez um teste nas urnas, obtendo segura votação que o levou à Constituinte de 46.

Não se destacou no parlamento. Se tinha pundonor e bravura pessoal capazes de levá-lo, sem atoardas e gestos teatrais, à violência, tinha descaídas para a timidez. Lá se entibiou de enfrentar o grande plenário com a recusa pronta e maciça do seu projeto, que pretendia assegurar ao analfabeto o direito de voto. Ao lado desses insucessos, os seus adversários políticos moviam-lhe campanha subterrânea e pérfida. É verdade, atuava nas comissões. Na Comissão de Direito Social logrou assegurar ao trabalhador diarista o domingo remunerado.

Talvez pela sua formação provinciana, timidez e origem camponesa, preferia o convívio dos simples e humildes, dilargando a sua popularidade. A repercussão dos seus triunfos durava menos que a angústia que o pungia na procela dos seus conflitos íntimos.

Um dia cavaqueávamos e nos pusemos a examinar a vida de lutas daqueles rapazes que quiseram guiar naus nas tempestades dos mares. Todos venceram, em maior ou menor escala. Argemiro me surpreendeu, dizendo-me: – Todos, menos eu!

Redargüi-lhe: – Você, principalmente você, que escalou mais alto.

– Como?

– Como? Pois você é advogado, tribuno, homem de patrimônio sólido, foi deputado federal e o será na nova legislatura! Que mais você quer, rapaz?

E Argemiro, na plangência de um desabafo: – Eu, não! O homem que chega à minha idade e não se casa é um desamparado. Tudo o mais, embora pareça sólido, é irisadas bolhas de sabão...

Já me distancio muito do propósito desta página, que é assinalar uma curiosa coincidência do ingazeiro na vida de Argemiro. Dizia freqüentemente que preferia o Hotel Globo pelo famoso bife do Salustiano Suarez e pelos ingazeiros plantados à calçada a dar sombra farta e gostosa. Filho amorável, comprou uma casa de residência para D. Amélia. Por acaso ou não, um ingazeiro a protegia e enfeitava.

Tragado pelas águas do Aquidauana, somente um trabalho tenaz e penoso permitiu fosse encontrado o seu corpo a quatrocentos metros à jusante do ponto onde a fatalidade o empurrara para a morte. Os escafandristas que o procuraram observaram um fato que lhes pareceu muito singular; o rio, nas suas nascentes, tem a superfície tranqüila, no entanto, o seu leito é revolto com um impressionante movimento de terra e pedras a rolar. E mais uma coincidência se notou: o corpo do tribuno, já quase sepulto sob a areia, estava precisamente no local onde um ingazeiro deita suas frondes verdes sobre as águas.

Seu túmulo igualmente assinala mais uma coincidência. Está protegido pela umbela de um ingazeiro, tão grande e bela, acolhedora e piedosa, que serve de zimbório para a liturgia da missa que a igreja celebra no Dia de Finados, na nossa principal necrópole.

Ao orador empolgante, ao moço que soube lutar e vencer, não faltaram nunca os aplausos do seu povo e a companhia umbrosa e verde da árvore que tanto amou.

\* \* \* \*

## O meu algibe

Andaria meu pai pelas enluaradas estradas da vida, engolfado em sonhos e fantasias, se o não chamassem à realidade o seu amor pela família e o seu profundo senso de responsabilidade. Logo que se casou, em Corumbá, construiu casa própria em duas ou três etapas, a peso de sacrifícios e renúncias, amparado e estimulado pela excelsa companheira que Deus generosamente lhe dera.

Nossa casa ficava no extremo oriental da cidade, entre terrenos baldios. Do solo duro, pedregoso, calcário, emergia uma vegetação espinhosa e agressiva, de cansanção, olho-de-boi, tuna e aromita; de fronde sempre verde, espessa e larga, somente a bela e acolhedora água-pombeira. Na frutificação dos feios e agrestes cansanções, vinham e partiam, em algazarra, revoadas de verdes papagaios. Entre nossa casa distante e a cidade, um sulco largo e profundo, transformado em torrente violenta e perigosa, no tempo das chuvas, vencido mais tarde por longa ponte, de três altas abóbadas.

A cidade não dispunha de rede de água. Aguateiros, em carroças de bois ou de muares, providas de duas bordalesas postas em sentido horizontal, vendiam de casa em casa o líquido essencial à vida. Lá um dia veio a canalização, que não alcançou nossa casa, nem mesmo o nosso bairro. Pouco a pouco os aguateiros foram desaparecendo. Eu era garoto e uma nova tarefa me surgiu, sem prejuízo do meu horário escolar, de dois longos períodos: ir buscar água, além da ponte, na casa alegre e generosa dos primos Mário e Belinha. De começo, uma lata de querosene ao ombro, mão esquerda espalmada ao invés de rodilha, coberta de folhas de guatambu para não transbordar; depois, para reduzir as caminhadas, duas latas nas extremidades de uma vara. Buscava água para lavar roupa, beber, tomar banho e cozinhar, molhar roseiras, dalias e tinnorões. Dei-me ao direito de ter um canteiro de bandeiras-espanholas e uma rosa-trepadeira, que por sinal nunca deu rosas. Para poupar-me de novas caminhadas, eu era parcimonioso, dando a cada planta apenas um ou dois canecos de água, logo absorvidos, gulosamente, pela terra ressequida, queimada pela soalheira ardente. Tinha a doce e ingênua impressão de que o vegetal ficava mais verde, mais alegre e agradecido, porém, a pedir-me mais água. Eu vacilava. Tinha pena de não o atender

e tinha pena de mim mesmo de dar uma caminhada. Acabava dando-lhe mais um pouco de água.

Lourival, já querendo ficar taludinho, ajudava-me. Quando ficasse homem não teria estatura avantajada, mas altíssima compostura moral, inteligente e bom, tão humano que se refletem nele todas as angústias de todos os amigos.

Prudente e generoso, meu pai passou a forçar pequenas economias e a planejar a construção de uma cisterna subterrânea, alimentada por águas pluviais. Um dia, alegre, exultante, inundando a casa feliz de mais felicidade, anunciou que naquela semana começaria a construí-la. Notícia, assim, tão alvissareira, poucas vezes na vida recebi. Seria a supressão de um trabalho quotidiano demorado e monótono, sobretudo minha volta plena às águas do Paraguai. Ajustada a construção com o português Daniel, Gular, preto, alto, forte, curvado, envolto numa tanga de saco de sarapieira, começou a cavar o solo, duro, calcário e compacto. Por longas semanas o preto brandiu sua picareta e sua pá. Milímetro a milímetro eu acompanhava a escavação, entre alegre e receoso das ferramentas retinirem numa rocha imperfurável. E aí? Eu à borda do fosso torcia, uma torcida aflita, espoliativa de emoções. Pronta finalmente a cavidade, de forma cilíndrica, começou o seu revestido de tijolos bons, com vibrações de louça, argamassados com cimento da Itália e a famosa areia da lagoa de Mandioré. O meu algibe ficou pronto.

Eis-me agora a sonhar, vendo-o cheio de água cristalina e fria, que não roçara as impurezas da terra, vindas da amplidão e filtradas nas nuvens vizinhas das estrelas. Rosto para o céu, a perscrutá-lo, a sondá-lo, a pedir chuvas. Nada. Um mês, mês e meio, dois meses e o firmamento claro, escampo, rútilo. O sol continuava a esbrasear o chão seco, gretado, todo comburido. Poeira fina e branca cobria tristemente as árvores e as árvores crestadas pareciam espectros de árvores e não árvores. Só as águas-pombeiras pompeavam as suas umbelas, maravilhosamente verdes com o sangue da clorofila a correr-lhes, fartamente, por todas as veias. Nem sei se zombavam das suas irmãs esquelidas ou se ofereciam sombra farta aos homens e aos pássaros.

Nada de chuva, nem de nuvens prenunciadoras de águas para meu algibe, águas para aquelas árvores, águas para as entranhas calcinadas da terra. O zimbório do céu, azul, luminoso e causticante, irritava-me.

Uma noite acordei com violentas trovoadas e relâmpagos numa sucessão de relâmpagos azuis que enfeitavam o negrume da noite. Logo um aguaceiro estrondava sobre o telhado de telhas-vãs de nossa casa. Águas em catadupas, às pampas. Uma festa nupcial do céu e da terra para fecundação da terra. Em alvoroço e deslumbramento fui à cama de uma das minhas irmãs, que dormia. Sacudi-a levemente. Com mais força depois. Acordei-a.

– Cacilda, Cacilda, está chovendo!...

– Hum!

– Mas está chovendo, Cacilda!

Fui à outra cama, de uma irmã adotiva.

– Elisa, olha a chuva!

– Deixa, uai!...

Continuavam a cair torrentes de ouro líquido. Meu quarto não tinha janelas, somente portas inteiriças. Entreabro uma delas. Agora não ouço apenas; vejo, lá fora, chuva grossa, forte, rugindo, cascadeando por entre as pedras do quintal. Amanhã, cedo, irei ver o meu algibe, bater bomba, tirar-lhe água e bebê-la. Mas não alvorecia. Noite curiosamente longa, que não se acabava nunca, madrugada que não dealbava. Teria na vida outras noites demoradas, intermináveis, amargas, sem despontar de auroras; aquela, entretanto, era de fremência, fascinação e deslumbramento. Do outro quarto, varando a noite, suave e cariciosa, uma voz me pedia: – Vai deitar, meu filho... Compreensiva, não me dizia “vai dormir”.

Na penumbra da antemanhã, quando todos ainda repousavam, sob a chuva que ainda não cessara, fui ver o meu algibe. Que decepção, meu Deus! De chofre e tão grande assim, outra ainda não tive. Estava transbordante de água, cascalho e lama, entrados por uma fenda, aberta para a bomba de sucção, que o Daniel não fechara. E uma voz buscou consolar-me:

– Não poderíamos mesmo aproveitar as primeiras águas. Teriam gosto de cimento verde...

– Mas serviriam, mamãe, para lavar roupa, tomar banho e dar-se às plantas...

Rareada a chuva, fui à procura do Gular, a mando do meu pai, para que fosse esgotar o *meu algibe*. Atravessei charravascais até o encontrar no seu casebre de paredes e teto de latas de querosene.

– Tá bão. Mas só quando pará a chuva...

Antes de o fazer, sobreveio a estiagem. Pus ao ombro as latas de água e recomecei minha tarefa. Olhos voltados para o céu, sondava-o, perscrutava-o em busca de nuvens. E o céu continuava azul, escampo, luminoso e o sol a cintilar, a secar a terra e a comburir as árvores...

## A morte do seresteiro

Meus amigos Plínio Martins, Gabura e Gamba incentivam-me a escrever a história do crime em Campo Grande. Pretendo um dia fazê-lo.

De todos os crimes que sei, colhidos de oitiva, lidos nas gazetas e nos processos criminais, o que mais me feriu a sensibilidade, embora sem repercussão e dramaticidade, mas em parte assistido por mim, foi o assassinio de Nenê Guató. De boa família corumbaense, veio ele para Campo Grande, em 23 ou 24, abrigando-se na casa generosa e alegre dos irmãos Rabelo, situada numa ponta de lança, ou seja, na junção das Ruas 13 e 14, no ermo e perigoso bairro do Cascudo, quartel-general de celerados. Hoje, o Cascudo ostenta igrejas, educandários religiosos, clubes e mansões e à sua entrada museu, faculdades de Direito e Filosofia, tanto que Dom Orlando, quando abençoou o Grupo Escolar Nicolau Fragelli, chamou-o de bairro santo e propôs se lhe trocasse o nome pelo de São Francisco.

Nenê era tarraco, abugrado, descuidado com a roupa e consigo mesmo, trazendo a camisa sempre aberta, mostrando o peito bronzeado e forte. Todas as noites passava pela nossa casa, na Rua Antônio Maria Coelho, rumo à casa amiga que o acolhera. Seresteiro solitário e triste, sempre a cantar sua canção predileta, fundo musical da sua alma vadia. Nostálgicos e plangentes não eram propriamente os versos, mas a melodia que se espraiava no silêncio da noite como dorida litania e murmúrios do mar.

Chuá, chuá e as águas rolaram  
para as ondas do mar...  
chuá, chuá.

Deram ao boêmio o cargo de aprisionador de animais soltos nas vias públicas. Pegava-os e encerrava-os no curral do concelho, designação curiosa que vem de longe, das Ordenações Manuelinas, arcaizada, cheia

de mofo dos anos e que ainda se enraíza nos códigos de posturas e nos editais de burgos nascentes. Exercer essa função naqueles tempos tumultuosos era trazer-se no bolso o atestado do próprio óbito. Quando deram a Nenê o seu título de nomeação, deram-lhe, concomitantemente, o da sua própria morte. E ele, ingênuo como todos os boêmios, não o sabia.

Igualmente passava pela nossa casa, todos os dias, trepado na sua carroça, o Artur Carroceiro, pernambucano de estatura média, forte, bem entroncado, de olhos verdes e fossas nasais desmesuradamente abertas. Antes de residir em Campo Grande, residira em Corumbá, trazendo e levando contrabandos, com tropas de burro e guarda-costas. Não os trazia dali, de Porto Suarez, mas de longe, de Santa Cruz de La Sierra, tiroteando com guardas aduaneiros, policiais e salteadores, esquivando-se e agredindo, ferindo e matando, fascinado pela vida aventureira.

Dois ou três dias depois de empossado, Nenê apreendeu um animal de carroça. O cancioneiro não tinha anjo da guarda ou tinha e fez gazeta, foi brincar no céu de ciranda-cirandinha, senão tê-lo-ia advertido: Nenê, esse cavalo, não! É do Artur Carroceiro...

Minha rua, de dia, era aureolada de sol, bonita, alegre, buliçosa com a algazarra dos garotos e o vaivém das carroças madrugadoras dos afanosos japoneses a enceleirar provisões. Quando o dia fugia, era deserta, lóbrega, escura e ameaçadora. Em frente à minha casa havia um poste de guatambu, protegido por dois moirões de aroeira, que chegou a servir de tocaia, e mais adiante, um lixeiro, com alentado pé de cumbaru, onde um bandido por vários dias atocaiou, em vão, a sua pretensa vítima. Desse ponto mesmo, numa noite, partiram os assassinos do uberabense que fundou o Rio Branco, um dos nossos cinemas pioneiros.

Certa noite, a desoras, não vi Nenê passar. Ouvei, entretanto, a sua voz, aveludada e morna, na sua canção favorita.

Chuí, chuí... e as águas rolaram  
para as ondas do mar...  
Chuí, chuí...

Se a melodia era triste, mais triste a voz do cantor. Simples, ingênuo, mergulhado em devaneios, talvez em saudade, continuava a cantar, a caminho da morte, a identificar-se para seu algoz, que tinha o acumplicia-mento do manto negro da noite. Nem da terra, nem da abóbada infinita,

cheia de estrelas e de astros, de murmúrios e de mistérios, partiu um grito: – Volta, Nenê. O Artur está de tocaia!

Súbito um estampido. Mais dois. Espaçados, cronometrados, indicando que quem os deflagrava era senhor dos seus nervos e da vida de sua vítima. Calou-se a voz. Cessaram os estampidos. Sobreveio um silêncio espesso, prolongado, amortalhando o morto. Na manhã seguinte o corpo de Nenê Guató estava de borco na Rua 13, na grama fria, molhada de orvalho e empapada de sangue. Calara para sempre a voz do cancionero solitário e triste, ingênuo como todos os moços.

Há poucos meses encontrei-me com Artur Carroceiro. Ainda está forte, sólido, pupilas sem névoas e reações prontas. Não me contive e perguntei-lhe de chofre: – Artur, por que você matou Nenê? – Não *foi* eu, não. *Foro* os baianos. Fui preso, processado e *sorto!*...

Hoje, mais de quarenta anos depois, noites há que pervago o passado. Volto à minha rua, vejo o vulto do cancionero no negrume da noite e aos meus ouvidos ressoa a sua voz plena, plangente e cheia de mágoas:

Chuí, chuí... e as águas rolaram  
cheias de mágoas, para as ondas do mar.

## Motivos de um título

Largo, sereno, enfeitado de pássaros e de flores, o Paraguai rolava majestoso e plácido, belo como igual outro não vi. Carregava exuberantes vitórias-régias, brancas pela manhã, róseas ao sol-posto, e lentos camalotes, que exerciam sobre mim estranho fascínio. Cor verde-musgo, flor violácea e perfume suave, raízes longas, profundas, entrelaçadas e compactas. Vogavam docemente no dorso da corrente, parando nos remansos, sem pressa, com pena de deixar ribeiras amigas, temerosos da foz e do mar que os iriam despedaçar.

O poeta corumbaense Pedro Paulo de Medeiros assim os descreveu:

Verdes, ao léu, silenciosos,  
ei-los a esmo passando,  
lembram barcos vagarosos  
sentidas mágoas levando.

Insisto num desconforto:  
– Que destino levais?  
– Remoto! Ao nosso porto  
não se volta nunca mais!

Da nascente à embocadura o Paraguai é homogêneo. Coloração das águas, barrancas, fauna alada e plantas aquáticas são curiosamente iguais e não me pareceu nunca um acidente geográfico a separar dois povos mas uma gigantesca espinha dorsal a uni-los sempre. Minha infância parece que vaga nas suas praias. É que se não tive nela atrações do asfalto, tive as desse rio, mergulhando e flutuando nas suas águas, de permeio com vitórias-régias e camalotes.

Adolescente galguei os altiplanos da serra de Maracaju e aqui me fiquei indiferente aos cantos de sereia que por vezes ouvi soar lá fora. A cidade me foi aconchegante. Deu-me muito, ofereceu-me mais. Meu primeiro clube de futebol, meus idílios, minhas excursões pelas estâncias vizinhas, a cata buliçosa das guaviras, a minha gente generosa e acolhedora, a Rua 14, os troles puxados a dois cavalos com japonês na boléia, as batalhas de confetes e serpentinas são laços que me prenderam à terra galharda e dadivosa.

Se eu morrer alhures, onde quer que seja, morrerei um exilado e um proscrito de mim mesmo. Como sucedia aos antigos egípcios, minha alma, aflita e errante, esvoaçaria pelo Infinito sem nunca encontrar abrigo. Aqui não morreria de todo. Ouviria o passo e a voz dos meus amigos, o gorjeio dos pássaros que amo, o farfalhar das frondes que conheço e o bater do coração da minha casa.

Camalotes dos verdes e infindáveis pantanais de Corumbá e guavirais desses dilatados chapadões, eis o motivo do título desta coletânea de crônicas perdidas em revistas e jornais. Evocam pessoas e coisas, árvores, riachos, pedaços de rua, naves de igreja, sussurros do Prosa e do Segredo, que são dolentes confidências que sei interpretar. Tudo se transforma em fragmentos da minha própria alma.

-----

# Elpídio Reis

---

Elpídio dos Santos Silveira Reis (Ponta Porã, 1920 – Rio de Janeiro, 1997), jornalista, é autor de dezesseis livros, entre eles PONTA PORÃ – POLCA, CHURRASCO E CHIMARRÃO (1981); TERNURA, DOCE TERNURA (1984); A OUTRA MONA LISA (1986) e SÓ AS DOCES... (1993). Foi incomparável agente cultural em Mato Grosso do Sul.

## O velho

O velho, sentado num pedaço de tronco de madeira feito banco, tinha a parede da casa como encosto. Cuspiu grosso para o lado esquerdo e me disse: – Minino, o toró tá se armando feio... lá pros lado do Amambaí.

Tirei os olhos do Almanaque do Pensamento, onde admirava deslumbrado as figuras... e olhei para o céu. Vi nuvens densas, escuras, se espalhando. Trovões, relâmpagos e raios de quando em quando estouravam no ar.

– É, vamos ter tempestade... – respondi.

– E das boa! – completou o velho, ajeitando-se no banco onde se achava, fazia mais de uma hora, sem nada fazer, apenas deixando o tempo passar. De momentos em momentos alisava a barbicha branca e meio rala. Aquilo era cacoete do velho.

Os arbustos, ao lado da casa, balançavam fortemente curvando-se para o nosso lado. Árvores das gigantes não havia por perto. O velho dizia que árvore alta atrai raio para dentro de casa. Galhos, com folhas, quebravam-se e rolavam pelo chão. Folhas secas eram varridas pelo vento.

Galinhas, porcos e um bode velhusco caminhavam em direção de uma casinhola onde se abrigariam da chuva.

Olhos atentos, o velho me disse: – Vai sê toró demorado. Vai até esfriá...

Puxando conversa, perguntei:

– Como é que o senhor sabe?

– Ora, se sei... meus lastimaço tão doendo... é sinar de frio...

Dito isso o velho levantou a manga da camisa e mostrou uma enorme cicatriz no braço direito. Ia do pulso até quase o final do braço. A seguir, levantou a perna da calça, também lado direito, e mostrou outra cicatriz. A pele, ali, era mais murcha ainda. A perna, mais fina que a outra. Acho que também mais curta e meio dura. Por isso, quando ele andava, puxava daquela perna. Depois de adulto, fiquei sabendo que esse defeito tem o apelido de “deixa que eu chuto”...

Sem ter entendido o que me dissera, apesar de ter visto as feias cicatrizes, perguntei curioso:

– O senhor disse “lastimaço”?

– É, eu fui lastimado na Guerra do Paraguai. Os ferimento no meu corpo foi com lança numa peleia braba, a cavalo. Quase morri esvaído em sangue. Tive entre a vida e a morte, uns vinte dia... os brasileiros diziam que as lança dos paraguai eram envenenada. Não sei se isso era verdade...

Ficou pensativo por uns segundos e depois disse entre entusiasmado e orgulhoso:

– Minino, aquela briga foi feia! Mais de mil home, de lado a lado, brigando de lança e espada... nosso comandante era o General Osório. Home valente tava ali. Comandava gritando com um vozeirão que retumbava campo fora e brigava ao mesmo tempo. O home era uma tempestade...

Olhando para o céu, acrescentou:

– Igual essa que vem aí...

– Mas como foi seu “lastimaço”? – perguntei.

– Ah! foi na refrega... Depois que furei com minha lança o bucho duns cinco, um paraguai me acertô no braço... a lança caiu da minha mão... aí ele procurô acertá minha barriga... mas dei de rédea no meu pingo, que era bão de doê, e desviei prum lado. Aí o inimigo só pegou minha perna. Caí do cavalo e ele pensou que eu tava liquidado... foi brigá com outro. Os paraguai eram valente como eles só. Quando chegavam avançando pro combate, pareciam tigre brabo...

Pensou de novo... e completou a explicação meio se gabando:

– Nós brasileiro não ficava atrás nem uma polegada...

Disse isso e riu gostosamente.

Sobre a Guerra do Paraguai eu, embora só tendo dez anos, era meio doutor, pois o que mais gostava de ouvir eram as histórias dos combates que meu avô me contava com muito entusiasmo. Ele gostava de falar dos “Lanceiros da Cavalaria”, pois fora um deles.

Eu queria ainda puxar mais conversa sobre a Guerra do Paraguai, mas o velho se levantou dizendo:

– Ih! minino, vou recolhê lenha pro fogo... senão a gente fica sem lenha seca.

Enquanto ajudava o velho a recolher lenha, eu olhava para o céu. O horizonte, para o lado da chuva, cada vez mais cinzento, escuro... vi bandos de aves... outras, duas a duas, voavam em direção contrária, fugindo do chuvaço que se aproximava. Os papagaios voavam numa conversa sem fim, parecendo que tinham muito assunto.

Era por volta das cinco da tarde.

Estava eu ali – vindo de Jaguaretê – à espera de uma condução que passasse pela estrada real, à frente da casa do velho, uns cem metros, se tanto. É que o caminhão sobre cuja carga eu viajava, quebrou o diferencial... o chofer, paraguaio, pegou a mão da rapariga dele, apontou para a casa do velho, que ficava a uns mil metros, e me disse:

– Gurizito... acho bom usted ficá esperando um carreta lá no casa do véio... caminhon non vai passá mais hoje. Nóis bamo procurá recurso por aí...

Lá se foi o casal, de mãos dadas, caminhando pela estrada, ao deus-dará.

Meu destino era Ponta Porã, onde ia me apresentar ao diretor do Grupo Escolar Mendes Gonçalves, para iniciar meus estudos. Meu pai, quando fora à cidade – já fazia dois meses – me havia matriculado. Eu contava as horas que faltavam para chegar à escola... pois meu sonho era aprender a ler... para ler um livro enorme que meu avô tinha sobre a Guerra do Paraguai. O livro tinha centenas de retratos, sendo o primeiro, de página inteira, o do Mariscal Solano Lopez, com uniforme lindo. O segundo retrato, também de página inteira, era o da esposa do Mariscal, e que hoje sei chamar-se Mme. Lynch... O livro era escrito em castelhano. Meu avô tinha grande ciúme do livro. Eu só folheava aquela preciosida-

de à frente dele. Às vezes, quando aparecia fotografia de campo de batalha, meu avô me contava, muito compenetrado, as brigas dele na guerra... Sempre elogiava o General Osório.

Pois é... eu tinha pressa em chegar a Ponta Porã, para entrar logo na escola e, no entanto, estava ali desde cedo. E, pelo visto, teria que pernoitar, pois tudo indicava que naquele fim de tarde ou mesmo à noite, não passaria nenhuma condução. Comida eu tinha, pois minha mãe, providente como sempre, me fizera viajar com substancial matula. Ela sabia que a chegada era sempre incerta.

– Vamo pra dentro, minino... Daqui mais um tempinho vai sê água pra tudo lado. E parece que vamo tê muitos dia de chuva.

O velho vivia sozinho porque isso era de seu agrado. Fora amigado por uns quarenta anos. A mulher morrera fazia uns vinte, mordida por cascavel. Isso aconteceu quando moravam na fazenda do coronel Tibúrcio Terêncio, pras bandas de Graças de Deus, perto da grande fazenda do *seu* Lídio Lima.

Depois que a mulher morreu, a única filha que tinha arranjou marido, bateu asas e voou. Não era má filha. Ao contrário. Por vezes, quando encontrava portador de confiança, mandava um dinheirinho para o pai. Quando podia – de ano em ano, por aí – vinha visitá-lo. Morava no interior do município de Campo Grande, segundo diziam.

Naquela primeira noite em que fiquei na casa do velho, a tempestade, como se anunciara, veio terrível. Tive medo, pois imaginava que a casa ia cair, ou voar, sei lá.

Durante nosso comes-e-bebes daquela noite – que fora demorado, quase que sob outro ritual, à meia-luz, porque a lamparina era fraca, debaixo daquele toró que me fazia medo – quem puxava conversa era o velho. Ele queria saber tudo a meu respeito. Lembro-me, como se fosse hoje, de quando me perguntou: – O que você vai fazê na cidade?

– Vou entrar na escola, pra aprender a ler – respondi.

– Você qué aprendê?

– Quero... demais... mamãe diz que já estou até passando da idade... já fiz dez anos.

– Não se preocupe com a idade – disse o velho – você tem é que vivê com o tempo, deixando ele passá... e aprendendo com ele.

O que me começou a causar curiosidade é que o velho de vez em quando se aventurava a dizer umas coisas sobre meu futuro. – Você não sabe lê mais vai sê um escrivinhadô... te garanto.

– Escrivinhadô?

– É... desses camaradas que escrevem essas coisas que andam nos livros... escritô... é, escritô... como dizem por aí... assim como esses que escrevem o Almanaque do Pensamento... aquele livro que você tava oiando hoje de tarde...

Como aquele assunto passou a me interessar muito, depois do jantar quem puxava conversa era eu:

– Como é que o senhor sabe essas coisas que me disse?

– Óia... disse o velho – eu não tive escola... Vô te contá... No Rio Grande, onde eu nasci... na campanha, não tinha escola. Sempre trabaiei na roça. Quando fiquei home, com dezoito ano, fui pra guerra. Quando vortei fui trabaia pesado. Adespois fui pra Corriente, na Argentina. Lá ajuntei os trapos com a falecida e viemo pra cá. Quem me ensinô um poco a lê foi a falecida. Agora leio pro gasto... Meio devagar, porque a vista anda fraca pra perto... mas leio. Pra longe minha vista é boa... macanuda...

Tornei a perguntar: – O senhor não me disse como é que sabe que eu vou ser escritor.

O velho, embora tentando fugir do assunto, acabou me dizendo: – Óia... sabe... eu sô meio vidente... não diz pra ninguém...

Aí eu perguntei:

– Que é vidente?

– Óia, minino... tu é muito preguntadô... vidente é... bem... quando tu ficá home vai sabê.

Dito isso, pegou minha mão direita, ajeitou a luz da lamparina e falou confiante no que dizia:

– Óia... óia... tá aqui na tua mão o sinar provando o que digo...

– Provando?

– É... esta linha, com esta vortinha parecendo estrada carreteira que dizê isso que tô te dizendo...

– O que o senhor está me dizendo?

– Ora essa... que você vai andá por esses mundo a fora... vai andá por aí... pelas estradas da vida... por esse mundão de Deus...

– Mas como é que o senhor sabe que eu vou ser escritor? É isso que eu quero saber.

O velho riu, mas acabou me dizendo: – Ah... isso eu vejo nos teus óio...

Fiquei três dias na casa do velho. Segui viagem com um carreteiro, amigo de meu pai.

Quando voltava de férias à minha casa, na fazenda, e sempre que podia, visitava o velho ainda que por uns momentos. Jamais me esqueci daquele amigo. Soube que ele morreu quando dormia, com 92 anos e que não modificara seu estilo de vida até o fim. Foi enterrado ao lado da casa, que virou tapera. Os bichos do velho o vizinho levou, menos o bode, que morreu de velhice, antes do dono. Durante muitos anos, pessoas que costumavam aconselhar-se com ele, vinham até de longe e, ajoelhadas junto ao túmulo, faziam orações e pediam inspiração para a solução de seus problemas, suas angústias... e saíam dali de alma mais aliviada...

Gostei tanto daquele velho que outra coisa não tenho feito na vida, de persistente, senão andar por aí a escrever... escrever...

Não aceitaria, de forma alguma, a idéia de que ele não acertou quando “leu” o meu modesto futuro.

## Polca

Quando eu era bebê e minha mãe me colocava no berço para dormir... ela, embora brasileira, cantarolava música paraguaia, que era a música da região. É... eu, bebê, dormia ao som de canções de ninar, que na verdade eram música paraguaia. Sei disso porque mais tarde, já crescidinho, via minha mãe ninando meus irmãozinhos, com as mesmas cantarolas.

Quando eu menino, na fazenda de meu pai, havia um capataz paraguaio, chamado Vilhalba, exímio violinista, excelente no violão, no cavaquinho e até na sanfona. Ele tocava, como mestre, todos os instrumentos musicais que eu conhecia.

O Vilhalba atraía outros músicos, sobretudo Carai Leú com sua harpa, por isso minha casa, na fazenda, volta e meia se enchia de música. De música paraguaia, é claro... E mais: em qualquer lugar que eu fosse, nas outras fazendas, por exemplo, paraguaios ou brasileiros, só tocavam polcas.

Com dez anos fui para Ponta Porã, estudar. Na cidade, continuei ouvindo música paraguaia. Quando me decidi aprender a dançar, aprendi primeiro as polcas... Era natural.

Aos dezesseis anos fui para Campo Grande. Ali, as duas principais sorveterias da época, a Bom Gosto e a Bom Jardim, uma a vinte metros da outra, na Rua 14, disputavam a preferência do público, procurando apresentar, cada uma delas, o melhor sorvete e, sobretudo, os últimos discos de polcas paraguaias.

E minha infância, minha adolescência e mocidade, a rigor, 95% pelo menos, das músicas que eu ouvia, eram polcas.

O mesmo aconteceu, no meu tempo, com todos os habitantes da fronteira Brasil-Paraguai. Posso atestar que as polcas paraguaias penetravam muitos quilômetros adentro da fronteira, atingindo municípios que nem fazem limite com o Paraguai. Em Maracaju, Aquidauana, Dourados, Miranda, por exemplo, pelo menos até alguns anos atrás, os bailes nas fazendas eram à base de música paraguaia.

Hoje, se eu tivesse que descrever a música paraguaia, diria que ela representa a alma de um povo sofrido, mas heróico e amante das belas coisas da vida, de um povo generoso que representa um país fascinante, em sua natureza e até seu primitivismo, de morros e planícies inesquecíveis, onde o ar que se respira como que tremula no espaço pleno de musicalidade. De um povo que canta, que ri, que chora, se alegra ou se entristece e cujos sentimentos tomam corpo e voam por sobre montanhas, atravessando florestas, ganhando beleza, novas emoções e se perdendo além dos horizontes, tocando fundo no coração das Américas. De um povo macanudo que na fronteira sul-mato-grossense soube conquistar a amizade dos brasileiros, mantendo-os prisioneiros aos seus abraços,

às suas harpas, aos seus violões e à graça típica de suas mulheres, morenas e bonitas, envolventes, sentimentais e, por vezes, meio misteriosas.

De um povo, enfim, que tem na música o seu mais fiel e autêntico retrato.

## Churrasco

Os ponta-poranenses são, como poucos, afeiçoados ao churrasco. Tudo é motivo para um bom churrasco. Festa de noivado, de casamento, por exemplo, tem que ter um grande churrasco. Se nasce o primeiro filho é motivo para outro churrasco. Quando o filho completa o primeiro ano, mais outro churrasco...

Se um fazendeiro convoca a vizinhança para um mutirão ou “puchi-rão”, como se diz nas fazendas da fronteira, o almoço é churrasco. Se é dia de marcação de bezerrada, outro churrasco.

Quando um filho de fazendeiro volta da cidade grande – geralmente Rio de Janeiro, São Paulo ou Curitiba – formado, de anel no dedo, é motivo de festança com muito churrasco e assim por diante.

Sempre foi assim. Até hoje, de vez em quando, surge a notícia de que o fazendeiro tal, por ocasião do casamento da filha ou filho, matou dez vacas para AQUELE CHURRASCO...

Para que o churrasco seja considerado tipicamente fronteiriço (Brasil-Paraguai), entretanto, tem que ter mandioca cozida e música paraguaia. Polcas, é claro.

Como bebida durante o churrasco, os gaúchos preferem o vinho, sobretudo no inverno. Os ponta-poranenses gostam tanto de cerveja como de vinho. Como aperitivo, ambos adoram uma boa “batida”...

Em matéria de churrasco nada demais, já que a população de Ponta Porã e municípios vizinhos é um prolongamento da população do Rio Grande do Sul.

-----

# Paulo Coelho Machado

---

Paulo Coelho Machado (Campo Grande, 1917–1999) é o cronista-mor de Campo Grande. Escreveu *PELAS RUAS DE CAMPO GRANDE* (cinco volumes), descrevendo principalmente a história das pessoas que construíram a capital do Estado. Autor ainda de *PARCERIA PECUÁRIA*, obra jurídica, clássica no assunto.

## O Doutor Sílvio de Andrade

Ao lado do cartório Sá Carvalho (*na Rua Barão do Rio Branco, em Campo Grande*), Sílvio de Andrade tinha o consultório médico mais amplo, equipado e decorado da cidade. Eram três salas de espera, gabinete do médico, compartimentos para curativos, além de outros, que abrigavam seus sofisticados aparelhos. Clínico geral e cirurgião, conseguiu boa clientela no Estado. Magro, alto, loiro, foi meu contemporâneo de ginásio e depois colega de turma no CPOR do Rio de Janeiro. Formávamos um grupo de mato-grossenses ali: Jair Garcia de Freitas, Hugo Pereira do Vale, Manoel de Barros, Humberto Neves, Sílvio e eu.

Num exercício de abrir trincheiras, em Gericinó, havia uma turma que cavava os buracos, enquanto outra descansava debaixo de uma árvore. Na hora do rodízio, um grupo passava pelo outro. Foi aí que descobrimos um meio de não fazer força. Ficávamos no final do bando e, quando vinha o pessoal para a árvore, nós, disfarçadamente, voltávamos na cauda da fila. Outros foram imitando, até que o capitão descobriu a marotagem porque o número dos que cavavam a trincheira se reduziu a meia dúzia, enquanto que o da sombra aumentou tanto, que não cabia debaixo da árvore.

Hugo Pereira era o *caxias*. Enquanto nós íamos para o quartel de uniforme de campanha, o poeta usava túnica, quepe e botas com esporas. Na Praça da Bandeira, ponto final do bonde que tomávamos na Lapa,

ele trocava de farda, no café de um português, onde recebíamos a primeira refeição às cinco horas da manhã, indo a pé até o quartel da Avenida Pedro Ivo, junto à Quinta da Boa Vista.

Manoel de Barros, o Nequinho, já preocupado com a literatura, não dava muita bola para o curso. Um excelente companheiro, sempre alegre e filosofando sobre a vida, emitindo conceitos, a contar coisas e “pré-coisas” de seu querido Pantanal. Era o único corumbaense e, com seu jeito reservado e tímido, integrou-se perfeitamente no grupo, sendo um de seus elementos mais divertidos.

Humberto Neves, filho do juiz de direito Eurindo Neves, era extremamente desligado de tudo. Um dia, ouviu dizer, entre os colegas, que se não devia fazer continências para os sargentos, uma vez que nós, como alunos, em preparo para o oficialiato, devíamos ser considerados superiores. Vai daí que um dia o Humberto, fardado, subiu num bonde, olhou para trás, onde estava o sargento e sem qualquer cumprimento assentou-se calmamente. O militar bateu-lhe no ombro, reclamou a continência e exigiu que se sentasse no banco de trás dele. Vira-se o Humberto simploriamente para dizer: “Nós, lá no CPOR, resolvemos não fazer mais continência para sargento.” O fato foi levado ao conhecimento do comando, que suspendeu o insubordinado por uma semana.

De outra feita, num exercício de telefones de campanha, na Quinta da Boa Vista, em que um aparelho foi colocado na porta principal e o outro no extremo oposto, tão logo estabelecida a comunicação, os alunos começaram a testar o telefone, brincando uns com os outros, falando bobagens, dando ordens e fazendo xingamentos, apresentando-se com patentes importantes: “Aqui fala o capitão Rodrigues. Você está escalado para limpar as privadas do quartel”; e assim por diante.

Quando chegou a vez do Humberto, ele ouviu do outro lado do fio alguém dizer: “Aqui é comandante do CPOR, coronel Lacerda. Está me ouvindo bem?” Humberto responde do outro lado: “E aqui é o Ministro da Guerra. Você vai ser demitido, seu vagabundo, para aprender a comandar essa joça.”

Acontece que o homem era mesmo o comandante. Custou-nos criar um mistifório e evitar a identificação do interlocutor do coronel, que ficou possesso, mas nada pôde fazer.

Jair Garcia anotava todas as aulas numa caderneta vermelha, com excelente letra. Nas vésperas das provas, reuníamo-nos no quarto de pensão de um de nós e, aí, destrinchávamos os complicados enredos anotados sobre tática, transmissão ou armamento.

Jair e Hugo estiveram depois na Itália, nas forças da FEB. Tenho ainda comigo uma carta do Jair em que ele me comunica minha convocação para o estágio no Rio de Janeiro. Logo me apresentei aqui na 9.<sup>a</sup> Região e servi no 18.º BC.

Sílvio e Jair, com bonitas carreiras, já firmadas, faleceram prematuramente, na mesma ocasião, aos trinta e sete anos de idade. Humberto entrou para a magistratura. Aposentado, viveu em Ponta Porã, onde veio a falecer.

Manoel de Barros morou no Rio e Corumbá, transferindo-se para Campo Grande mais tarde, sendo hoje um dos mais consagrados e premiados poetas do Estado, com renome nacional.

## O portão de ferro

O primeiro moinho de vento instalado no perímetro urbano de Campo Grande foi o de Zeca Taveira, na esquina da Rua 15 de Novembro com a Rui Barbosa. Mas, antes disso, Amando de Oliveira já colocara engenho idêntico em sua fazenda Bandeira, junto da casa da sede, por volta de 1905. Não confundir aquele que existiu muito mais tarde na atual Avenida Bandeirantes, parte também da fazenda Bandeira e próximo do famoso Portão de Ferro.

A área dessa fazenda, adquirida de José Luís Pereira, era de 1.250 ha de boas pastagens nativas. Amando, um fazendeiro progressista, mediu e cercou o perímetro, dividiu o terreno em invernadas regulares para melhor manejo do gado. Construiu de alvenaria a casa da sede, varanda em volta, no estilo funcional das fazendas paulistas da época.

O Anhanduí margeava toda a porção ocidental da gleba. A medição e demarcação, realizadas pelo tenente Leonel Velasco, tiveram a respectiva planta assinada por Soter de Araújo França.

A atual Avenida Bandeirantes era a mais importante estrada de saída da vila: para a fronteira, para Nioaque e, portanto, para as fazendas da

Vacaria e até para a boiadeira que demandava São Paulo. Ela cortava a fazenda no lado poente. Os cavaleiros e carreteiros que a utilizavam tinham o mau hábito de deixar aberta a “cimbra” ali existente. Pior foi a porteira de varas. Daí a colocação de um portão de ferro. Ficava na Avenida Bandeirantes, mais ou menos na altura do prédio hoje ocupado pela Enersul, e chegou a dar nome ao próprio bairro.

Milton Vicente Ferreira, que nasceu e foi criado perto do Porto de Ferro, publicou obra evocativa da infância, onde informa que essa peça foi ali colocada pelo administrador da companhia inglesa que adquiriu a fazenda após a morte de Amando. Há também os que afirmam a existência do portão antes da alienação da propriedade. O fato é que toda gente o conhecia de muito tempo.

Nas proximidades ficavam estacionadas as carretas dos fazendeiros para a recuperação dos bois nas viagens de volta às fazendas, com o carregamento de sal, arame e tantas outras mercadorias.

Há a suposição de que o fabricante do portão de ferro tenha sido o alemão Júlio Dittmar, casado com Jacinta Vieira, irmã de Idalina Vieira Mestre, a primeira telefonista de Campo Grande, primas da mulher de Amando, Dona Dorô.

Dittmar foi o primeiro serralheiro da região e único por muito tempo. O engenheiro Euclides de Oliveira, sem fazer uma afirmativa categórica, admite a hipótese de que seu pai tenha colocado o portão, que Milton Ferreira recorda com tanta emoção.

## O Estado de Sítio

Exatamente cinqüenta dias após a instalação da comarca, o coronel Bento Xavier fez o cerco da cidade de Campo Grande, no comando de cerca de trezentos homens. Ele já não era o caudilho idealista da autonomia do sul; sua força transformara-se num grupo de bandoleiros e saqueadores que punha em polvorosa as fazendas e os povoados sul-mato-grossenses.

Amando de Oliveira, presidente da Câmara, a mais ativa e singular figura dos primeiros tempos de Campo Grande, improvisa rapidamente a reação, pondo em fuga o invasor. O juiz Arlindo de Andrade Gomes

cumprimenta o impávido defensor da vila e sente, pela primeira vez, o sentido das palavras dele ouvidas quando da visita da comissão que o recebera na sua primeira noite em Campo Grande. Sim. Conhecem-se os homens pelas armas...

Entrementes, as tropelias iriam continuar. Havia na cidade um pequeno destacamento policial de quarenta homens, comandado pelo tenente Constantino de Sousa, indivíduo arrogante, encristado, de maus bofes, que seguidamente se valia do cargo para cometer atos desarrazoados e truculentos. Em lugar de combater os invasores, fugiu de medo. Quando soube da façanha de Amando, sentiu-se diminuído e envergonhado em sua covardia.

No dia 27 de junho, cinco dias após o fato, eis que o tenente Constantino, sem mais nem menos, ordenou a prisão de Amando de Oliveira, sob pretexto de que ele, como civil, não podia ter promovido as medidas de defesa da comunidade, atribuição privativa da força policial. Imediatamente, o juiz Arlindo de Andrade Gomes concede uma ordem verbal de hábeas-cópus em favor do presidente da Câmara. A autoridade policial não só descumpre a ordem, como determina a prisão do próprio juiz que, para evitar a execução do ato absurdo, se retira para uma fazenda nas proximidades, onde fica homiziado.

A população começou a arregimentar-se, indignada com a prisão de seu líder, o vereador Amando de Oliveira, querido da vila por sua correção, arrojo e dedicação à causa pública e herói dos últimos acontecimentos.

De repente, levantou-se uma fúria popular sem precedentes. Grandes concentrações nos pontos estratégicos. Toda a gente na rua. Rumores de ataque ao destacamento e outros fatos semelhantes fizeram com que a autoridade violenta, mas covarde, colocasse em liberdade o prisioneiro e fugisse da vila, temerosa da represália da população, que não estava disposta a admitir as exorbitâncias da força, sobretudo depois da demorada luta para a conquista da comarca, que representava a paz e a segurança.

Durante dois dias ausenta-se a pequena tropa policial para depois voltar ao quartel, quando o prepotente comandante baixa, por decreto, um esdrúxulo e impagável estado de sítio em Campo Grande, com o seguinte texto, que custa-nos acreditar tenha sido de fato editado:

“O primeiro tenente Constantino de Sousa, atendendo às condições atuais da região Sul de Mato Grosso, sem segurança e sem governo e que esta Vila se acha sem autoridades;

Decreta:

Art. 1.º – Fica desde esta data em estado de sítio a Vila de Campo Grande e todo seu município.

Art. 2.º – Contra todos indistintamente que perpetrarem crimes contra a ordem pública e seguranças das autoridades a chefia de polícia Militar, ora criada, aplicará as leis de guerra.

Art. 3.º – A Agência do Correio, os Cartórios Judiciais, a Intendência Municipal serão fechadas e seladas até completa ordem.

Art. 4.º – Tendo retirado-se desta Vila o dr. Juiz de Direito, mando interditar e guardar a sua casa não havendo trabalho judicial até segunda ordem.”

Levado o fato ao conhecimento da autoridade superior, só muito mais tarde foi o trêfego Constantino destituído do comando do destacamento e punido pelo seu impensado e ridículo ato.

Revoltado com o insólito episódio, epítome do desprestígio da justiça e da falta de garantias para o exercício da nobre função que desejava desempenhar com rigor e decência, decidiu o dr. Arlindo de Andrade, logo depois, exonerar-se do cargo, sendo substituído pelo dr. Vicente Miguel da Silva Abreu, natural de Goiás, que pediu remoção também da comarca de Nioaque.

Foi dessa forma que Campo Grande, em tão pouco tempo, perdeu seu primeiro e grande juiz.

## Napoleão

Chamava-se Napoleão. Não me lembro do sobrenome. Baixo, claro, cabelos encaracolados, obeso, olhos mortíços, grandes, de coloração azul desbotada.

Cumpria pena na cadeia de Campo Grande, quando o conheci. Mandara chamar-me por intermédio de uma mulher da Rua 7, de nome Abigail, que presumi fosse sua ex-amante. Era educado, voz suave, apa-

gada, gestos estudados, comedidos, elegantes, conversa agradável. Confessou-me que viera de São Paulo fugido da polícia, pois, dizia ele, sem reboços, e com notória bazófia, ser o maior falsificador do Brasil. Falsificava tudo: assinaturas, quadros de pintores famosos e até dinheiro. Era o rei da contrafação.

Estivera em Cuiabá, onde fraudara assinaturas do governador e de outras autoridades em títulos de terras e documentos importantes, sem ser descoberto. A mim, dizia não ter receio de contar toda a verdade, porque confiava cegamente nos advogados. Era sua norma.

Em Campo Grande, andou adulterando notas promissórias e cheques, fato que o levou à prisão. Já estava com sentença condenatória. Fez-me várias demonstrações com minha própria assinatura. Ele colocava o modelo de cabeça para baixo e copiava rapidamente, com extrema perfeição.

Contou-me, então, uma história comprida, de um comparsa de absoluta confiança que, fora das grades, guardava o dinheiro dele, duzentos contos de réis, numa ocasião em que o velho Afonso Rufino construiu seu confortável sobrado da Rua 13 de Maio, em frente ao Jardim, por oitenta contos de réis, uma das melhores residências de Campo Grande, que serviu até para hospedar o ditador Getúlio Vargas, quando visitou nossa cidade.

Não acreditei na história, mas perguntei-lhe em que poderia ser útil, pois notei que tencionava pedir alguma coisa.

“Estou verdadeiramente enrascado”, respondeu-me, “porque soube que o delegado mandou buscar minha ficha em São Paulo. Certamente virá uma precatória e serei transferido para lá, após cumprir a pena a que fui condenado aqui e ainda perderei o benefício do livramento condicional”. Era familiarizado com os dispositivos do Código Penal. Vi mesmo que havia, em cima da cama dele, uns compêndios de Direito Criminal. Discorria com segurança, boa interpretação e coerência. Sabia igualmente os meandros do processo e estava perfeitamente a par de sua própria situação e penas a que estava sujeito.

Depois de muito rodeio sussurrou a grande proposta, um tanto contrafeito. “O senhor é um advogado novo. Certamente precisa de trabalho e de ganhar dinheiro. Pois tenho tudo isso para oferecer”. Abriu uma

pasta de cartolina azul, de onde retirou um papel de ofício e, quase sem fôlego, balbuciou: “Dou-lhe metade de minha riqueza – cem contos de réis – ainda hoje, desde que senhor me tire daqui, em seguida, usando este alvará de soltura”. Curiosamente tomei-lhe o papel e verifiquei estarecido que era realmente um impresso usado em cartório, com a assinatura perfeita do juiz Eurindo Neves.

Não me disse se o alvará era todo falso ou se apenas mudara o nome do beneficiário pelo dele próprio. Nada mais pude fazer senão dar-lhe alguns conselhos legais e também de comportamento e logo me despedi.

No mesmo dia recebi um retrato de Rui Barbosa, feito a bico de pena, pelo Napoleão, com um bilhete muito bem escrito, com sua mensagem de agradecimento pela visita e pelos conselhos, desculpando-se pela indecorosa proposta.

Um dia, soube que o “maior falsificador do Brasil” conseguira evadir-se da insegura cadeia de Campo Grande, sem deixar rastros, presumindo-se que teria usado uma chave falsa para isso.

Ao longo de minha carreira de advogado criminal sempre tentei penetrar na intimidade daqueles clientes que me pareciam de psicologia mais estranha ou digna de estudo. Napoleão era um deles. Um indivíduo com educação, cultura, conceitos, que me pareceram ir de encontro à realidade de sua vida criminoso.

Por isso perguntei-lhe como se iniciara na senda da delinquência. Respondeu-me que era de família de classe média, gente boa, recebera educação severa. Completara o ginásio em colégio de padres, no interior de São Paulo, e que atribuía sua “vocaçãõ” para as falsificações à grande inclinação que tinha para o desenho. Começou por brincadeira fazendo retratos, caricaturas, letras góticas até chegar às cópias de assinaturas. Daí para o crime foi questão de oportunidade, a que se entregou um tanto irracionalmente, como uma fatalidade da qual não se pôde esquivar.

Depois a repetição dos atos, o ganho fácil do dinheiro, um histórico que se foi sucedendo e que mais ou menos comprova a concepção dinâmica do delito, elaborada por Mezger.

Vangloriava-se de saber dar ordens e conceber estratégias, como seu homônimo imperador.

-----

# Antônio Lopes Lins

---

Antônio Lopes Lins (Sobral, CE, 1912 – Campo Grande, 1990), bancário e professor. Foi incentivador de escritores iniciantes. Dentre suas obras figuram: CAMINHOS DE LAMA (1972), JANAÍNA, A CANÇÃO DO MINUANO (1976), CRÔNICAS DA CIVILIZAÇÃO (1978), CRÔNICAS DO TEMPO (1978), ACONTECÊNCIAS (1983).

## Juiz de direito em Corumbá

Em 1902 Mato Grosso se achava em plena ebulição. Governava o Estado, com o título de presidente, o coronel Antônio Pedro Alves de Barros, “um homem de cultura e cavalheiro de aprimorados dotes, hauridos no ensinamento de nossa Marinha de Guerra. Entretanto, envolvido por sua *entourage*, entregou ao coronel Antônio Paes de Barros, o célebre Totó Paes, famoso comandante da Legião Campos Sales, o comando das forças irregulares que se arregimentavam para manter o prestígio da autoridade constituída, em face da debilidade da força policial” (Demóstenes Martins, HISTÓRIA DE MATO GROSSO, p. 87).

A desordem campeava, malogrando a ação administrativa do governante. Havia uma luta acirrada entre os grupos de apoio aos Murtinho – Joaquim, o ministro e Manuel, o ex-presidente – e a Generoso Ponce, então senador e o político de maior prestígio pessoal do Estado.

Essa luta, que em 1898 culminara com a invasão de Cuiabá por grupos a mão armada, especialmente a afamada Legião Campos Sales, com o objetivo de forçar a Assembléia a reconhecer a eleição de um candidato, em 1901, chegava, até, a atos de extrema violência, culminados com a “chacina da baía do Garcês”, onde dezessete corpos, alguns ainda com vida, foram atirados à voracidade das piranhas.

Foi o presidente Alves de Barros quem nomeou Eduardo Olímpio Machado, por determinação de Joaquim, juiz de direito da comarca de Corumbá. E no mesmo ano (1903) em que o dr. Machado assumiu seu cargo, a 15 de agosto, investiu-se na presidência do Estado o famigerado coronel Totó Paes.

Antônio Paes de Barros, ou Totó Paes, é uma das mais fascinantes figuras da velha política de Mato Grosso. Um vulto singular em busca de um grande biógrafo.

De um lado era o empresário bem sucedido, o implantador da Usina Itaici, modelar estabelecimento industrial, dotado dos mais adiantados métodos de produção da época – um criador de riquezas e condutor de homens. De outro, era o indivíduo despótico, voluntarioso, violento, sempre pronto a fazer-se obedecido, incapaz de um diálogo franco, de um debate aberto de opiniões.

Figura de elevado carisma e grande autoridade pessoal, não vacilou em descer às maiores violências para impor sua autoridade. Entretanto, não raras vezes reconheceu seus erros e procurou consertar seus desmandos, sabendo ser, então, cordial e justo.

Eduardo Olímpio Machado aportou a Corumbá em um tempo de insegurança e violência. E, a despeito do clima em que vivia, foi um magistrado à altura das melhores tradições de nosso país. Logo o novo magistrado se fez respeitado e estimado na Cidade Branca – então, como hoje, uma urbe florescente, de vida social desenvolvida e atividade comercial intensa, marcada pelo comando da navegação fluvial – naquele tempo o meio quase exclusivo de comunicações do Estado.

Machado não foi apenas o juiz das decisões justas, calcadas em sólido saber jurídico e numa extraordinária perspicácia humana, cheio de probidade e irrepreensível em sua vida privada. Era o dinamizador de iniciativas que importassem no progresso da cidade e na melhoria do nível social e cultural. Era, ainda, o homem de espírito aberto, sempre com um dito chistoso, uma blague ou trocadilho inteligente, que não descambava, nunca, para a pornografia ou a vulgaridade.

Sem fugir da austeridade de seu cargo, sem permitir intimidades que o diminuíssem, resguardando, sempre, sua posição de magistrado, do apaixonado facciosismo da época, ninguém mais do que ele sabia dar

vida e brilho às reuniões sociais, a uma comemoração cívica e mesmo a qualquer daquelas festas de igreja, da qual se aproveitava a sociedade da época para encontrar-se.

A judicatura do dr. Machado em Corumbá não podia, porém, durar muito tempo. Àquela época havia uma certa dependência do Poder Judiciário ao Executivo. E no Poder Executivo estava um homem prepotente, de pouco diálogo.

Embora amigo e pessoa de confiança de Joaquim Murтинho – o homem a quem o juiz devia seu cargo – não era do feitio de Totó Paes – ou as próprias condições da época não permitiam que fosse – ver uma ordem sua contrariada, ou repelida uma ação do interesse de sua política. Também não tinha o espírito de aceitar que seus desafetos tivessem o mesmo tratamento de seus amigos e correligionários.

O certo é que um dia um inimigo político do poderoso chefe chegava às portas do fórum de Corumbá com um pedido de hábeas-cópus que feria frontalmente os interesses do governo.

Mal fora a petição entregue e já o presidente, em Cuiabá, tomava conhecimento da matéria e se empenhava em anulá-la. O juiz era pessoa de sua confiança, de alguma forma dependia dele. Assim, a solução melhor seria telegrafar-lhe solicitando denegasse o pedido.

Não conhecia bem a inteireza, o espírito de independência, a ânsia de justiça do juiz Eduardo Olímpio Machado.

Recebido o telegrama, o magistrado ainda se deu ao trabalho de estudar cuidadosamente os fatos argüidos, à luz da lei. Desse exame concluiu ele pela liquidez do direito do impetrante. Não havia outra alternativa para um julgador honrado, que fazia da toga um manto protetor para os injustiçados, que não fosse conceder o hábeas-cópus. E não via outro caminho para o amigo, de quem se exigia uma indignidade, senão demitir-se do cargo.

Concedeu o hábeas-cópus e se demitiu por telegrama, no começo do ano de 1904, depois de haver passado apenas um ano como juiz.

Demitiu-se, juntou todos os seus pertences e retirou-se para Nioaque. Evitou qualquer publicidade ao seu ato, negando-se sequer a comentá-lo. Não deu tempo, também, à cidade, para as despedidas. Não aceitava que seu ato fosse explorado pelas facções políticas. Mesmo saindo des-

contente, com o presidente, por uma intervenção que feria os seus bríos, não quis fazer de seu gesto um motivo de acirramento dos ânimos, já tão exaltados.

De Corumbá a Nioaque, em uma outra longa viagem, Eduardo Olímpio Machado levava, com a sensação do dever cumprido, as mágoas de um fracasso.

Até aquele instante, com vinte e oito anos e meio de idade, não justificara as esperanças de sua gente, quanto ao futuro. Na política partidária, seu caráter reto, sua intransigência com a corrupção e as injustiças o limitavam, assim como o horizonte estreito em que vivia. Na magistratura, seu ideal mais acalentado, um muro de intolerância se abrira à sua frente.

Se era duro pensar que não reeditaria os feitos do tio, mais triste, ainda, era entender que até os horizontes mais estreitos, que haviam emoldurado a vida do pai, lhe eram negados.

-----

# Otávio Gonçalves Gomes

---

Otávio Gonçalves Gomes (Coxim, 1916 – Campo Grande, 1992) escreveu diversos livros, dentre eles ONDE CANTAM AS SERIEMAS (1975), A POESIA DE MATO GROSSO DO SUL (1983); MATO GROSSO DO SUL NA OBRA DE TAUNAY (1991).

## Revoltosos na fazenda Esperança

Na fazenda Esperança, município de Coxim, propriedade de meu tio-avô Filadelfo Alves da Silva, a coisa foi muito séria. Quando o tio Delfo soube, já os revoltosos estavam muito próximos.

Homem destemido, fazendeiro acostumado a enfrentar a braveza da vida do sertão, matador de onça ou fera qualquer, que tivesse a ousadia de atravessar-lhe a frente, resolveu reunir a peonada e dar combate aos revoltosos.

Verdadeira loucura, naquele tempo, nunca se sabia quantos eram os rebeldes e quantos atacariam. Aqueles que tentavam resistir, o que era muito raro, tinham de fugir desesperadamente, depois, porque, se voltassem, a degola seria certa e seus haveres destruídos inapelavelmente.

Meu tio-avô não era homem de correr de caretas. Reuniu os homens que pôde, armou-se e entrincheirou-se debaixo do porão do sobrado em sua fazenda, cujos alicerces eram de pedra.

Na frente da casa havia uma cerca de aroeiras fincadas em pé, fechando o quintal. O mangueiro ao lado, também de aroeira, e um gramado enorme na frente.

Os revoltosos chegaram pelo gramado e o tio Delfo, ao contrário do que acontecia em toda parte, em que todo mundo fugia ou morria de medo quando os rebeldes chegavam – não demonstrava a menor perturbação. Falou cara a cara com o chefe do bando, a distância.

O velho, na janela, com o revólver quarenta e quatro, preto, na mão e escondido abaixo do peitoril da janela. Foi falando manso, conversando com o sujeito e observando-lhe as atitudes. Convidou-o a chegar e appear.

O revoltoso desconfiou, nunca havia visto aquilo. Uma pessoa sem medo, demonstrando completo domínio de si mesma, calmo, falando firme, com a mão direita escondida.

Havia recomendação expressa de que ninguém daria o primeiro tiro, a não ser o meu tio-avô. Se acaso fosse atirado, romperiam fogo todos de uma só vez. Os revoltosos, cabeludos, sujos, foram se aproximando cautelosos. O *seu* Filadelfo convidava-os para se aproximarem amigavelmente. Firme no gatilho do revólver, até que o revoltoso chefe, rápido como um gato, levantou a arma.

Foi a conta de o fazendeiro, que estava atento, guardar o corpo atrás do batente da janela e espocou o tiro, arrancando lasca da janela. A resposta foi uma saraivada de balas que, por sorte dos vasosores, perdeu-se quase toda nas aroeiras da cerca. Apenas o tio Delfo conseguiu acertar o invasor, que soverteu, escapando protegido pela cerca e pelo galpão da peonada.

Os rebeldes fugiram. O grosso da tropa que tinha como destino o Estado de Goiás, foi alcançado muito longe. Os revoltosos viajavam dia e noite. Não seria conveniente o regresso para vingança, e foram em frente.

Depois dessa escaramuça, veio o pior. Enfrentar os revoltosos não foi nada. Agüentar a onda de boatos, o medo generalizado é que foi duro.

Cada dia chegava um boato de que os revoltosos estavam se arregimentando para atacar a fazenda. Cada dia, um boato alarmante. Todo mundo tinha um pretexto para fugir da fazenda, até que o proprietário, cuja família já morava em Rio Pardo, ficou praticamente só e resolveu ir embora, também, procurar recurso.

Arreou sua besta ruana, de estimação, verdadeira papa-léguas, bem aperada, e se mandou em marcha batida, viajando dia e noite, cinqüenta léguas de distância. Fez o percurso em três dias.

Quando chegou, tinha no peito do pé uma ferida enorme, que durou meses para sarar. Chegou estropiado, ferido, esgotado.

## Atentado ao Presidente do Estado

A vila de Rio Pardo foi tão “importante” outrora que houve até um atentado ao Presidente do Estado, naquela localidade.

A vilota cochilava à margem da Estrada de Ferro Noroeste. Suas terras arenosas contribuíam para aumentar o calor asfíxiante ao sol do meio-dia. Observando-se de longe, o ar tremia por sobre a areia branca, no fim da rua, lá para as bandas do córrego da Areia.

O tempo escoava lento, sem novidades, pachorrentamente, até que um dia se anunciou pelo telégrafo da estrada de ferro que o Presidente do Estado transitaria brevemente por lá. Naquele tempo dizia-se presidente do estado e este era o coronel Pedro Celestino Correia da Costa.

As lutas políticas andavam acesas naquela época. Correligionários e oposição se movimentaram desde Campo Grande, para receber o presidente. Só que a oposição preparava uma cilada para matar o governante do Estado, na sua passagem pela vila.

A parada do trem na vila era mais ou menos prolongada. Ali se serviam as refeições, no salão restaurante da própria estação. Um salão enorme, que era, também, sala de baile, nos dias de festa.

Um dos concessionários desse restaurante foi o espanhol alegre e prestativo Guilherme Santa Maria.

Sua comida era farta, saborosa e barata. Foi famosa em toda a Noroeste. Por ser muito farto e bom não ganhou dinheiro.

Guilherme Santa Maria foi um grande amigo de meu pai e posteriormente de toda a família. Na verdade, tornava-se amigo de todo mundo. E nós o estimávamos muito. Foi, depois, amigo e correligionário exaltado de Filinto Müller.

Pois bem, no dia apazado, o presidente Pedro Celestino chegou. O comboio estava parado na estação. Muita gente, aglomeração. A locomotiva tomava lenha calmamente como de costume, no triângulo – o viradouro das máquinas onde se localizava o lenheiro.

Aquilo demorava mais de hora.

Em dado momento soube-se que o famoso bandido Manuel Aparecido, baiano, que morava em Água Clara, estava na vila. Corria boato que

ele, obedecendo a ordens de chefes políticos, tramava matar o presidente Pedro Celestino. Foi aquele rebuliço. O presidente viajava sem escolta. Quando o bandido, com seus asseclas, cercou o vagão onde estaria o governante, para matá-lo, esse já se encontrava na locomotiva que partira em disparada.

O coronel Pedro Celestino Correia da Costa teve de sair sorrateiramente, tomar a locomotiva que manobrava para encostar na estação e fugir na máquina escoteira. O presidente se salvou e o bandido ficou famoso.

Diz o senador Fernando Correia da Costa, confirmando o episódio, que sua irmã, sogra do governador José Fragelli, ficou gaga muito tempo em consequência do trauma sofrido.

O bandido, que era, segundo diziam, manobrado intelectualmente por um dr. Gavião, de Campo Grande, fugiu, mas foi tenazmente perseguido. Tempos depois o famoso Aparecido morreu assassinado a mando de Quinca Honorato, por questão de mulherres.

O assassino, depois do serviço executado, tinha de apresentar os comprovantes, decependo as orelhas do morto. O "empreiteiro" arrancou da churrasqueadeira que trazia sempre à cinta e cortou as orelhas, uma após outra. Ainda com o sangue escorrendo, colocou-as no sapicuí de pano riscado e com alças de tira fina de couro cru. Com o bornal a tiracolo, o impassível matador foi dar conta do seu "trabalho".

O professor Múcio Teixeira, que trabalhou na construção da Noroeste, afirma que assistiu quando foram cortadas as orelhas do morto. O assassino foi à casa de Quinca Honorato e exibiu as orelhas cortadas, já entumecidas, arroxeadas e com restos de sangue coagulado.

Quinca Honorato, apesar de afeito às lutas selvagens do sertão, nunca tinha visto aquilo. Não resistiu ao impacto e caiu morto...

Passado algum tempo, comentava-se na vila que o assassino não recebeu o salário do crime, mas é certo que teve o beneplácito de todos por ter livrado a região de um elemento perigoso.

-----

# Luís Alexandre de Oliveira

---

Nota. Ver biografia p. 21–24.

## O advogado e a colônia japonesa

O relacionamento do autor deste livro com a colônia japonesa data de 1919, em Aquidauana. Ali teve ele os primeiros alunos japoneses que queriam aprender Português. Vindo para Campo Grande, em 1923, esse relacionamento continuou. A colônia japonesa desta cidade mantinha uma escola rural, que foi afinal transferida para a cidade e instalada no local onde ainda hoje funciona, com a denominação de Escola Visconde de Cairu.

Surgiu logo um problema: achar um professor brasileiro para a escola, porque, até então, nela só se ensinava o japonês.

A colônia se reuniu e elegeu, com maioria de votos, o professor Luís Alexandre de Oliveira, que permaneceu muitos anos nesse cargo. Ensinar português às crianças filhas de japoneses não era fácil; elas eram criadas nas chácaras e falavam praticamente um dialeto da língua portuguesa. O curso de japonês era dado simultaneamente, embora em horário diferente. As crianças, entretanto, preferiam aprender o português, e por um motivo qualquer, tinham mais afinidade com o professor brasileiro. O professor japonês ressentiu-se dessa situação e passou a trançar os pauzinhos para afastar o professor brasileiro. Para tanto, ele começou a visitar os pais e a dizer que o professor brasileiro era analfabeto e não ensinava nada às crianças.

Diante dessa situação, os pais, através de uma comissão, procuraram o professor para científicá-lo do que havia contra ele. Ficou resolvido que seria escolhida uma banca de professores da cidade, para examinar os alunos e que a permanência assim do professor brasileiro dependeria do resultado desses exames. A banca seria composta de três professores:

um representaria os pais; o outro, o professor brasileiro; o terceiro presidiria a banca.

Um fato inusitado aconteceu então. No dia dos exames foi feita uma limpeza em regra no prédio; o professor brasileiro recomendou aos alunos que não dissessem nada ao professor japonês, nem aos filhos dele, do que ia acontecer. A matrícula da escola era, na ocasião, de aproximadamente oitenta alunos.

O professor japonês e os filhos envidaram todos os esforços para saber o que se passava mas nem um aluno lhes contou o que ia acontecer. Nesse mesmo dia, à tarde, a banca examinadora se reuniu e foi feito um exame nos alunos do terceiro ano. Não havia ainda o quarto ano. A impressão foi ótima e ficou devidamente documentada na escola; não restou ao professor japonês outro caminho senão pedir demissão. As relações assim do professor brasileiro com a colônia continuaram ótimas. Existia, contudo, uma minoria que não gostou do desfecho da questão e lhe imprimiu novo rumo.

A prefeitura de Campo Grande, graças à atuação do professor brasileiro, dava uma pequena subvenção à escola. Ela foi conseguida na administração do dr. Jônas Correia da Costa. Na época da questão, era prefeito o coronel Antônio Antero Paes de Barros. Com ele se juntaram os japoneses descontentes para forçar o professor brasileiro a trabalhar mais duas horas por dia com o mesmo ordenado. O coronel Antero, amigo e correligionário do professor, preferiu prestigiar os japoneses, surgindo daí um atrito entre o professor e o prefeito por não querer ele submeter-se ao capricho do prefeito e dos japoneses.

Veio a Revolução de 30 e o prefeito foi substituído por outro, que era completamente estranho ao meio, por ser gaúcho, vindo recentemente do Rio Grande. Aconteceu, então, o imprevisível.

O prefeito não sabia que existia um professor municipal na Escola Visconde de Cairu, que continuara dando aulas, apesar da mudança do prefeito. No fim do ano, ele foi chamado à prefeitura e lhe foi proposto um pedido de demissão em troca do recebimento dos atrasados. Esse pedido foi aceito alvissareiramente e, provisoriamente, o professor se afastou da escola, indo, a seguir, para o Rio de Janeiro, onde esteve seis anos, voltando, posteriormente, já como diretor da mesma escola. Havia, na cida-

de, uma corrente de brasileiros que queria fechar todas as escolas japonesas da cidade. Dessa corrente faziam parte um advogado de prestígio de Campo Grande, o inspetor estadual de ensino, o procurador-geral do Estado e o secretário-geral do Estado.

Já na iminência de o Brasil entrar na guerra contra o Eixo, o governo brasileiro publicou dois decretos que, em síntese, autorizavam o governo a desapropriar imóveis e propriedades de súditos do Eixo. Foi uma situação de pânico na colônia na época. A declaração de bens era obrigatória para todos esses súditos de Campo Grande e eles souberam de tais decretos três ou quatro dias antes do término do prazo. Foi um corre-corre geral; trabalhava-se dia e noite. Emissários trabalhavam na zona rural, trazendo escrituras para as declarações. O imóvel da Escola Visconde de Cairu passou, nominalmente, a pertencer ao diretor. No meio de grandes aflições, tudo foi resolvido. As forças que pleiteavam o fechamento das escolas foram vencidas e isso quando a polícia estava providenciando seu fechamento.

Entre as muitas acusações que circulavam contra as escolas, uma era de certa gravidade. Dizia-se que nelas não se cantava o Hino Nacional. Essa acusação foi facilmente desmentida e isso porque, há anos atrás, o comandante da Região, General Malan D'Angrogne, tinha ficado admirado. Visitando de surpresa algumas escolas japonesas, todas cantaram o Hino Nacional em sua homenagem. Na Escola Visconde de Cairu, até aconteceu algo interessante; o General chegou de surpresa e o professor de português ficou um tanto nervoso e errou o Hino Nacional, ao cantar com os alunos. Esse fiasco foi brilhantemente corrigido quando o professor mandou que os alunos cantassem sozinhos o Hino, saindo tudo às mil maravilhas. O General e o seu Estado-Maior ficaram surpresos com o fato. A acusação existente a respeito caiu por terra pois o diretor da Escola Visconde de Cairu, praticamente na direção de todas as escolas japonesas, desafiou os acusadores a visitar as escolas de surpresa para verificarem a veracidade, ou não, da acusação.

As coisas pioraram, quando foi declarada a guerra, por parte do Brasil, aos países do Eixo. Nessa ocasião, o governo pretendia confiscar a Cooperativa Agrícola de Campo Grande. O diretor assumiu a presidência da Cooperativa e passou a tratar com as autoridades em nome dela, evitando seu fechamento.

Alguns anos antes da guerra e durante todo o período dela, o diretor da escola foi uma espécie de cônsul honorário da colônia em Campo Grande, sendo intermediário das suas relações com as autoridades e até com a imprensa. Essa situação terminou só depois da guerra.

Nessa época, os bens da colônia foram devolvidos sem nenhum problema e o diretor deixou de ser o representante da colônia. Oficialmente, só deixou a direção da escola, quando se mudou para Belém do Pará. Na sua saída, foi homenageado pela colônia em peso e, posteriormente, foi agraciado, pelo governador de Okinawa, com um diploma de honra ao mérito por serviços prestados à colônia e tudo culminou com a comenda no quinto grau dada por S. M. o Imperador do Japão.

Decorridos mais de dez anos, o relacionamento do ex-diretor com a colônia não foi interrompido.

As perseguições que o diretor da escola sofreu durante a guerra, pelas suas ligações com a colônia japonesa, passaram; os perseguidores desapareceram. Hoje, a colônia tem no seu patrimônio histórico o fato de nenhuma escola japonesa ter sido fechada no Estado de Mato Grosso e de a Cooperativa Agrícola continuar existindo – o que não aconteceu no resto do Brasil.

-----

# Argus Cirino

---

Benedito Inácio Cirino (Águas das Bicas, PR, 1939 –1997) exerceu, por muitos anos, a medicina em Mato Grosso do Sul. De suas obras (sob o pseudônimo Argus Cirino) se destacam O CONFLITO (1978), ESTE CHÃO QUE EU AMO (1982), AS AVENTURAS DE UM MENINO DE INTERNATO (1984) e BIOGRAFIA DE MÚCIO TEIXEIRA (1987) e UMA RAZÃO DE VIVER (1987).

## Viagem ao Inferno

De repente, aquela viagem de cobrança até o Projeto Sete Quedas.

No Paraná, quando alguém menciona uma viagem a Mato Grosso, seja do Sul ou do Norte, é aquele deus-nos-acuda. O pessoal prefere ver o diabo a atravessar a fronteira.

Todo mundo tirando o seu da seringa; uns não iam porque não podiam; outros, porque era muito longe; ainda outros, por causa de certos compromissos... Assim, a batata quente veio parar nas minhas mãos: “Tá bem, chefe, eu vou.”

E fui, de ônibus.

Que me lembre, nunca fiz viagem mais horrível em toda a minha vida. Viagem! Se é que aquilo poderia ser denominado como tal! Expição, a palavra certa.

De Umuarama a Mundo Novo, tudo bem. Aliás, *tudo bem* é força de expressão. Antes, no porto de Guaíra, tive de *provar* àquele *intelligentíssimo* pessoal, de *refinadíssima educação* que integra a fiscalização portuária do rio Paraná, que não era nenhum *contraventor*. O que os deixou muito contrariados, principalmente depois de me revistarem da cabeça aos pés – sem sequer pedir um documento – me fazerem perder duas

balsas e não encontrarem o que *estavam procurando*. Que também não sei o que era, pois não me falaram. Quando reclamei, disseram que aquilo era *rotina* e que *tavam cumprindo ordens*. Não me pediram desculpas e eu não achei estranho. Afinal, eu estava lidando com uma *otoridade federal*, cujas atitudes lhes eram peculiares.

Uma hora de balsa rio acima depois, eu estava em Mundo Novo. De lá para frente...

Bom, para começar, o ônibus que por lá chamam de *jardineira* – uma vetusta relíquia dos tempos do h de gancho – saiu com duas horas de atraso. Isto porque estava *dentro do horário*. Horário mato-grossense, que é uma hora atrasada em relação ao resto do Brasil.

Enquanto tinha gente para embarcar o ônibus foi enchendo, a despeito do número restrito de lugares. O motorista, quando viu o veículo suficientemente lotado, achou por bem dar a partida. E quando digo *lotado* é lotado mesmo, a ponto de não se poder introduzir mais um cisco ali dentro. Gente em pé, gente sentada (uns nos colos dos outros), gente espremida pendurada nos estribos. Mulheres agarradas a pacotes de compras. Mães com crianças nos braços e sacolas de cueiros apertando aqui, emborcando acolá. Vidros de mamadeiras derramando nas cabeças dos passageiros irritados. Estes, então, bem a equipe de construtores da Torre de Babel. Mulatos, brancos, pretos, índios, amarelos, marrons (de sujeira); polacos, italianos, gaúchos, nordestinos. O verdadeiro inferno enlatado.

Como se ainda não bastasse o estupor daquele navio negreiro sobre rodas, muitos dos passageiros conduziam consigo os seus *bichinhos de estimação*: papagaio, canarinho, tucano, macaco, preá, pato, marreco, gato, cachorro e... com perdão da má palavra, até leitãozinho...

Acho que dá para sentir o drama, eu da cidade, habituado a terno e gravata, sapato polido, ar-condicionado, restaurante chinês e loção após barba.

E a granjola vai que sacoleja pelos cento e lá vão fumaças de quilômetros. Estrada de chão, poeira e buracos aqui, lama e atoleiros mais adiante. Salta um, recolhe três: passageiro que perde a bagagem e culpa a mãe do motorista. Dentro da *jardineira*, o pessoal se agredindo porque alguém pisou no rabo do macaco e o animal fica furioso. E dê-lhe estrada e solavancos.

Doze horas mais tarde, o lotação tremendo – ameaçando cair aos pedaços – entra por uma estrada mais larga. De um lado, capoeira. Do outro, amontoado de casas, galpões de serrarias, tendas e oficinas mecânicas. A energia elétrica é na base do gerador. Ali é o Projeto Sete Quedas, fico sabendo em seguida. A estrada larga não é estrada: é a rua principal que separa o Brasil do Paraguai. Esboço de uma futura Ponta Porã.

O ônibus cambaleia mais um pouco e encosta na frente de um barzinho, que funciona como rodoviária. O pessoal começa a ser despejado.

Cansado, morto de fome, suado, sujo, fedendo a ranço de mamadeira e bosta de passarinho, saio para a luz do sol. Quase cinco da tarde – lá deles. O Patrimônio não me inspira a menor animação.

Entro no bar, nos fundos uma porção de gente jogando sinuca e tomando cerveja quente. Por uma porta lateral vejo pessoas saindo e entrando como num formigueiro. O pó e a sujeira fuliginosa despreendida das chaminés das serrarias parecem ser os adornos permanentes. Água, só de poço; banho, só de canequinha. Lavar as mãos encardidas é arte a que poucos se dedicam, assim mesmo com sofríveis resultados.

Olhos compridos, procuro o que comer na craquenta vitrina do bar e não encontro. Nem pastel frito em óleo *diesel*. Com muito custo o dono do boteco me convence a ingerir o que de melhor ele possui para uma refeição ligeira: mandioca (o ouro da terra) cozida e lingüiça de carne de boi. Com café puro. Leite por ali, só de mamoeiro.

Então surgiu o forró.

Eu mastigava, pesaroso, os últimos pedaços de mandioca fria com lingüiça, quando lá no fundo do bar o tempo fechou. Correrias, atropelos, ruídos de garrafas e copos se quebrando; cadeiras e mesas se partindo. Gritarias. Um berro de agonia. Palavrões.

Do meu camarote, estiquei o pescoço e observei o cenário violento. Entre cacos de vidros e destroços de madeira um corpo estendido estrebuchava com dois pontacos no peito, o sangue esguichando. Ao seu lado, um sujeito alto, com um tamborete e um enorme punhal, berrava a ple-nos pulmões para três outros caras que – também armados de facas – aguardavam o momento de trucidá-lo.

“Minha nossa”, pensei comigo, “aqui o *bang-bang* é ao vivo!”

“Filhos da puta!”, gritava o homem alto. “Vocês mataram meu irmão. É o segundo, mas hoje eu vou beber o sangue de vocês, desgraçados! Faz cinco anos que vocês começaram. A não ser que me matem, hoje eu acabo de escrever a história, pois sou macho bastante para cortar o saco de um por um de vocês, cornos malditos!”

Falava, brandindo o punhal e sacudindo o tamborete de um lado para o outro, num negaceio ágil, próprio de indivíduo acostumado à peleja.

“Venham me pegar, putos! Venham, se é que a puta da sua mãe não botou calças em vocês, enganada! Venham!”

Apesar da vantagem numérica, os três sentiam-se intimidados com a coragem ou com a loucura do desafiador.

Eu nunca tinha visto uma briga de verdade, não naquelas condições. Somente em cenas preparadas, de cinema e televisão. Mas ali não. Ali os personagens eram reais, de carne e osso, que sangravam e morriam de verdade, sem os efeitos especiais da maquiagem ou o uso de *doublé*. Cada um interpretava o seu papel, vivamente, sem a correção escoceita do *script* bem decorado. Um segundo de distração significaria a vitória ou a derrota, a vida ou a morte. Esse, pelo menos, era o instantâneo que minhas retinas fotografavam naquele momento de alucinação e pavor.

Do lado de fora, a multidão ia se formando – como bandos de urubus ao redor da carniça. Esquisitamente, todos aguardavam o desfecho com júbilo lúbrico. Ninguém se propunha a interferir. Como nos tempos das cavernas. Vencesse o mais forte, o mais capaz. Nem parecia que há milhões de anos havíamos levantado as patas dianteiras do solo... ou seria eu o único a pensar assim, só porque um dia lera isso nos livros?

Não pude correr, fugir, pois subitamente senti as pernas criarem raízes no chão; tremiam tanto que os joelhos chocalhavam um no outro.

Encurralado no canto, o homem alto ameaçou sair para um lado e foi para o outro. Rodopiou o tamborete de madeira no ar e acertou em cheio no queixo do antagonista mais próximo, que, atordoado, caiu de gatinhas e escapuliu pela porta dos fundos, abandonando os companheiros, certo de que eles dariam conta do valentão.

O homem alto revelava-se páreo duro. Lépidio como um gato, saltou e abaixou-se repentinamente numa cambalhota estratégica, no momen-

to exato em que os dois avançaram para cima dele. Rolando, impulsionou para frente o membro que empunhava a arma branca. A ponta aguçada encontrou no transcurso a pele flácida do abdome de um dos contendores, penetrando como uma agulha num tablete de manteiga. A viravolta salvara-lhe a vida, mas não o livrara de pequenos retalhos no ombro, nas costas e nos braços.

“Ele me furou! Ele me furou!”

E com a mão sobre a barriga o ferido largou a faca. Cambaleando, tentou alcançar a porta de saída. Não conseguiu, caindo metade para dentro, metade para fora. Foi arrastado pela turba cada vez mais numerosa e conduzido para algum lugar de socorro – se é que por ali havia.

Agora restavam apenas dois no carnaval de sangue, medindo-se na contradança macabra. Golpes, pulos, defesas, estalidos de lâminas, mais ferimentos nos corpos cansados, arquejantes.

Numa estocada de mestre, o homem alto consegue vaziar o olho do adversário. O sangue jorrando na face, descuida-se da guarda e o homem alto enfia-lhe o punhal pelo cavo da axila até o cabo, torcendo-o grotescamente. Caindo abraçados, ambos rolam ainda por alguns segundos até a completa imobilização do esfaqueado, tendo por cima o peso do homem alto.

Sobre o corpo inerte, o aguçado punhal sobe e desce por uma dezena de vezes, retalhando o tórax, a garganta e o abdome, numa erótica volúpia draculiana que dava engulhos e causava arrepios de horror.

“Toma, filho da puta! Toma, filho da puta!”

Punhal gotejante de sangue, o vencedor pôs-se a caminhar na minha direção. Pensei: “Será que vai sobrar pra mim também?!” Honestamente, estava quase me mijando.

Foi até o balcão, pediu uma garrafa de cachaça e um copo lavrado, dos grandes. O bodegueiro entregou sem discutir. Então, ele meteu a ponta do punhal dentro do copo e despejou a cachaça sobre a lâmina sanguinolenta, lavando-a dos dois lados. Encheu o copo até a borda, mexeu com a arma em movimentos circulares até que todo o líquido assumisse a coloração rubra. Guardou o punhal na bota, levantou o copo à minha frente, num brinde. Seu braço tremia. Ele todo estava porejado de sangue, através dos ferimentos que encharcavam a roupa.

O copo alto à minha frente.

“Servido?”

Eu não sabia se respondia ou se vomitava.

“Não... obriga....do. Eu... já almo...cei.”

Interessante como a gente é capaz de dizer palavras idiotas em determinadas ocasiões.

Cabelos desgrenhados, olhos pardos, amendoados, brilhando sinistramente. Sorriu descontraído. Do meu pavor? Talvez, eu estava suando frio por tudo quanto era buraco do corpo. Fechou a cara, virou-se de lado, despejou no chão o trago dos santos e pronunciou num monólogo: “Por hoje, estamos quites: dois dos deles por dois dos nossos. O sangue só será saciado com sangue.”

Levou bruscamente o copo aos lábios e bebeu, como se fosse licor, toda a cachaça misturada com o sangue da vítima.

“Ahhnnnnnnn!”, prelibou com satisfação obscena.

Como bando de animais curiosos, o povaréu começou a rodear os cadáveres, sem que ninguém ousasse tocá-los ou fizesse qualquer tentativa de prender o criminoso.

Que cobrança que nada!

Assim que pude deslocar o pé do chão, fui ao guichê de passagem, indaguei da saída do próximo ônibus ou... *jardineira*.

“Daqui meia hora”, respondeu um rapaz vesgo, que vendia passagem.

“Putá merda, que sorte! Se tivesse de passar a noite aqui eu dava cria”, disse eu, pulando de alegria.

“Só que não tem mais passagem.”

“O quê? Corta essa, meu! Vou em pé, deitado, no estribo de fora, na capota... o que me interessa é sair daqui o mais rápido possível.”

“Se é assim... até aonde o senhor vai?”

“Pra civilização.”

“Pronde?”

“Não importa, amizade, pra qualquer canto, desde que saia desta tribo de antropófagos.”

“A *jardineira* pára em Iguatemi.”

“Mora gente lá?”

O rapaz me olhou, acreditando que eu fosse um beócio. No mínimo pensara que eu estava fazendo piada! Eu, hein, dar uma de gozador logo em Mato Grosso!?

“Tá bem, chefe, Iguatemi serve... e me dá logo o bilhete!”

Fumando um cigarro atrás do outro, aguardei na rua a hora da saída. E a danada da *jardineira* que não encostava nunca.

De longe, vi as autoridades chegarem. Três meganhas, armados de 44. Prenderam o assassino e liberaram os cadáveres para a limpeza do local. Tudo dentro da maior naturalidade, como se aquilo fosse fenômeno rotineiro. Ninguém perguntou nada a ninguém; nem testemunhas, nem solicitação de depoimentos. Era-se bastante prático por ali. Nada de aborrecer quem quer que fosse.

“Podem me prender”, disse o homem alto, antes de ser levado pelos meganhas, “mas daqui uma semana estarei solto e voltarei pra acertar o resto da conta que ficou em haver”.

Parece que esse era outro costume tradicional da região. O sujeito alto não era nenhuma Fafá de Belém, no entanto... peito era o que não lhe faltava.

Durante a viagem de regresso, fiquei sabendo dos detalhes da chacina a que presenciara naquela tarde. Não se falava outra coisa. O *strogonof* do dia.

Há cinco anos atrás, o irmão caçula do homem alto fora assassinado traiçoeiramente por um soldado paraguaio, assalariado. O jovem, na ocasião, namorava a filha de um fazendeiro ilustre da região. Os pais e os irmãos da moça, não vendo no rapaz um partido satisfatório, depois de algumas advertências vãs, resolveram *arquivar o processo*. Aliás, política providencial que por ali se toma. Não se discute muito não.

Vai daí, a família do morto não recebeu o recado à maneira brasileira de deixa-que-a-divina-providência-dá-jeito. Tempos depois, um dos irmãos do assassinado matou o primeiro dos irmãos da filha do fazendeiro. Estava então declarada a guerra da *vendetta*.

À medida que os passageiros iam saltando, nas encruzilhadas, nas portas das vendas de beira-estrada, na metade do caminho (a mesmíssima via-crucis), o ônibus também ia se esvaziando. O motorista solando com fé e vontade, o intuito de chegar mais cedo. O traste voava, num chocalho contínuo e ensurdecedor, por cima dos buracos e atoleiros.

Vagando um lugar na frente, apossei-me dele por inteiro.

Excitado emocionalmente pelos acontecimentos do dia, estafado física e mentalmente, a sombra de um cochilo começou a voejar-me como as carícias de uma fada protetora. Aos poucos, já nem sentia os solavancos do veículo barulhento...

... Estranhava aquela gente esquisita correndo atrás de mim. Todos armados de facas, punhais, espingardas, revólveres e espetos de churras-caria. A gritaria chegando aos meus ouvidos, e eu correndo... correndo... me esforçando ao máximo, sem conseguir mudar o passo do lugar... as pernas presas, pesadas... A turba assassina se aproximando... se aproximando... Alguém no meio do pandemônio gritando: "Olha a *jardineira!* Olha a *jardineira!*"

O padre... eu via o padre organizando a procissão... os fiéis... um policial chegando, avisando que o louco havia fugido do hospício... que ele tinha roubado uma *jardineira*. Era preciso ter cuidado... O padre fazendo que sim e orientando a procissão... o povo cantando... "Louvando a Maria, o povo fiel..." Vozes interpretando: "Lavando a Maria, o..." Cada vez que a procissão chegava numa esquina o padre se adiantava, espiava, trocava de hino... "Na cova da Iria, os três pastorinhos..." O cortejo prosseguindo... Outra esquina, o padre investigando... Na ponta da rua a *jardineira* furiosa, abalroando tudo que encontrava pela frente... O vigário, apavorado, virando-se em câmara lenta para o povo fiel, abrindo os enormes braços de batina preta, berrando... "A *jardineira!* A *jardineira!*" O povo, acostumado às freqüentes reformas religiosas, pensando tratar-se apenas de exótica troca de hinos (os padres, às vezes, tinham cada uma!), começando a cantar entusiasticamente, o andor virando de pernas para o ar: "Ô *jardineira*, por que estás tão triste? O que foi, o que foi que aconteceu? Foi a camélia que caiu do galho, deu dois suspiros e depois morreu... morreu... morreu..." Corpos ensangüentados caindo ao chão... O louco gritando e pulando em cima deles... bebendo sangue... sangue... e gritando.... "Ô *jardineira!*"

Abri os olhos. O caboclo, no corredor do ônibus, me sacudindo.

“Ei, moço... ei, moço! A *jardineira* já chegou, cê num vai sartá?”

Encarei-o, assustado, perdido numa confusão de imagens. Certamente o louco havia me apanhado. Não o vendo, perguntei: “E o louco?”

A cara de espanto do caboclo dava a entender que o único só poderia ser eu mesmo.

De qualquer maneira era bom estar de volta, principalmente depois daquela viagem de ida e volta ao inferno mais curta que eu jamais fizera.

## Grupo escolar

Nos idos de 1940, a esquistossomose, o mal de Chagas, a malária e o crupe grassavam violentamente na região norte-pioneira do Paraná. Especialmente as duas últimas. Naquele tempo dava febre até nos paus, como dizia minha mãe. Eu mesmo, contava ela, fui levado diversas vezes às mãos do doutor, com os dentes cerrados para morrer. E haja Atebrina, Aralém e outros tantos remédios amargos, que me davam à força, embalados em pequenos papéis – os famosos “papeizinhos”. Amarrado no colo do meu pai, “Olha lá o passarinho...” e tchuk!, a colherada amarga garganta abaixo. Até os cinco anos, acho que peguei bem umas três maleitas daquelas... ou foi uma só, sendo as outras apenas episódios de repetição, devido ao período de latência da mesma enfermidade.

Vai daí que, se a malária aniquilava mais gente na zona rural (proporcionalmente) do que nas campanhas bélicas contra Hitler, na cidade o que dizimava a população infanto-juvenil em idade escolar era o crupe. Tanto que essa epidemia passou a ser conhecida – pelo menos na região onde nasci – como “crupe escolar”.

Coincidentemente, essa também foi uma das épocas em que o governo mais se preocupou com a Educação. Quanto à saúde... bem, esse filme advém do tempo do cinema mudo, e todos já conhecem o enredo. Mas a Educação... Basta dizer que as escolas primárias se multiplicavam em ritmo acelerado, estendendo-se inclusive por sítios e fazendas. Ninguém falava em outra coisa, senão em botar o seu pimpolho para estudar algu-

res. Era grupo escolar pra cá, grupo escolar pra lá, etcétera e tal, e coisa e lousa. A euforia da cultura, de repente, invadira o país como se fosse mais uma epidemia. Não fosse a disposição ferrenha de minha mãe, de me enfiar num colégio interno, com certeza teria debutado num desses grupos escolares, ao gosto de meu pai.

A coisa estava nesse pé, quando, ao cair da tarde de um certo dia, aparece lá em casa um fazendeiro vizinho, ar preocupado, circunspecto. Apesar de muito rico, não era desses de perder tempo com leitura e ensino. Tinha lá a sua filosofia. Seu lema de avarento, porém honesto, era criar os filhos analfabetos, para que eles não se tornassem ladrões, assassinos e pedintes – uma simbólica referência aos advogados, médicos e padres.

Conversa vai, conversa vem, finalmente ele disse a meu pai o verdadeiro motivo de sua visita. Queria saber o nome de um remédio que fosse dos bons. Meu pai perguntou:

- Remédio pra quê?
- Pro meu gado.

Se fosse eqüino, meu pai teria erguido uma orelha, assuntando: – Que têm as reses?

– Sei não. Todo santo dia tem uma cabeça morta no pasto. Isso já vem acontecendo de uns tempo pra cá.

– O senhor tem idéia de que seja? – indagou meu pai, alarmado. Porque, sendo o outro seu vizinho fronteiroço, a doença logo estaria do lado de cá da cerca, afetando o nosso gado também – horror dos horrores de todo criador. *Aftose*, carbúnculo, brucelose... o diabo!

– Ouvi dizer.

– Diga. Pelo nome da doença pode ser que eu conheça algum remédio.

O tempo todo com um naco de fumo na boca, o fazendeiro mascou... mascou... e mascando despachou, com altivez de entendido:

– Desconfio que o que tá matando o meu gado é esse tar de “grupo escolar”.

-----

# José Barbosa Rodrigues

---

José Barbosa Rodrigues (Poços de Caldas, MG, 1916 – Campo Grande, 2002) foi jornalista e historiador. Suas obras mais importantes são: ISTO É MATO GROSSO DO SUL (1978), HISTÓRIA DE CAMPO GRANDE (1980) e HISTÓRIA DE MATO GROSSO DO SUL (1985).

## A extração da erva-mate

Cessado o toque de clarim às margens do riacho paraguaio Aquidabã-nigui, onde Solano Lopez expirou vítima da guerra que provocara, o governo imperial brasileiro não se descuidou de estabelecer em definitivo os lindes territoriais brasileiros com a República do Paraguai.

Foi criada então a Comissão de Limites com a finalidade de marcar a linha divisória entre os dois países, de acordo com o princípio do *uti possidetis* e das decisões arbitrais.

Os sonhos acalentados pelos conquistadores espanhóis desde os tempos de Irala até Solano Lopez foram afogados pelo rio de sangue que este último provocou no dia de 12 de novembro de 1864, quando aprisionou o vapor Marquês de Olinda.

A Comissão de Limites, que teve os seus trabalhos iniciados a partir de 16 de agosto de 1872, constituída de representantes do Brasil e do Paraguai, tinha como fornecedor um cidadão brasileiro por nome Tomás Laranjeira, natural de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. No exercício de suas funções este fornecedor, nas suas andanças pela região, teve ocasião de travar conhecimento dos ervais nativos que constituíam verdadeiras matas em áreas que se estendiam pelos atuais municípios de Dourados, Ponta Porã, Bela Vista, etc.

Aquela riqueza ervateira, que cobria vasta área do atual Mato Grosso do Sul, despertou em Laranjeira, possuidor de espírito prático e empre-

endedor, que permanecera, depois da Guerra, no Paraguai e conhecera a arte da industrialização da erva, por intermédio do Visconde de Maracaju, seu antigo chefe na Comissão Demarcadora de Limites, que lhe deu a concessão (Decreto n. 81.799, de 9 de dezembro de 1882) que pleiteava, pois o consumo da erva-mate era grande nos povos do sul do continente<sup>2</sup>.

2. Antes de 1930, a Argentina consumia aproximadamente 75 milhões de quilos de erva-mate, sendo 60 milhões procedentes do Brasil, ou seja, do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso. Da região ervateira de Mato Grosso a Empresa Mate Laranjeira e outras pequenas de Foz do Iguaçu contribuíam com 20 milhões.

Dentro de pouco tempo, contando com o braço de índios guaranis e de paraguaios<sup>3</sup>, iniciou Laranjeira uma nova indústria extrativa de grande aceitação no comércio sulino, pois a *Ilex paraguariensis* nativa na região apresentava sabor especial, que superava o dos ervais tradicionais tanto do Paraguai como da Argentina. O campônio paraguaio e o gaúcho dos pampas, afeito aquele ao *tereré* e este ao chimarrão, passaram a dar preferência ao produto originário da região que ficava acima do rio Apa.

3. “A exploração dos ervais de Mato Grosso foi realizada principalmente por paraguaios que, falando também o guarani, mais facilmente puderam aliciar os índios para o trabalho, ensiná-los as técnicas de extração e o preparo da erva e acostumá-los ao uso de ferramentas, panos, aguardentes, sal e outros artigos, cujo fornecimento posterior era condicionado à sua integração, como mão-de-obra, na economia ervateira.” (Darci Ribeiro, OS ÍNDIOS E A CIVILIZAÇÃO, p. 89).

A indústria de Tomás Laranjeira expandiu-se do dia para a noite, passando a constituir fonte estupenda de riqueza até a década de quarenta, no século atual (*século 20*). Proclamada a República, assumiu o governo de Mato Grosso o general Antônio Maria Coelho, outro companheiro de Laranjeira, o que facilitou um contrato mais amplo para a extração do mate na extensa região delimitada pelos rios Brilhante e Ivinhema ao norte, o Paraná ao leste, e Iguatemi ao sul e serra de Amambaí ao oeste. Esse contrato foi referendado pelo governo republicano, pelo Decreto n. 520. O Estado passou a lucrar com os rendimentos de imposto, enquanto que povoações iam surgindo na região que antes da Guerra do Paraguai era contestada pelos dois países – Brasil e Paraguai – teatro que era de sortidas freqüentes entre os habitantes da região.

Aos poucos, Tomás Laranjeira construíra um verdadeiro império de trabalho onde o paraguaio, derrotado e necessitado de sobreviver, encontrava, graças ao seu sistema frugal de vida, meios de subsistência. Em épocas certas do ano os ervais silenciosos enchiam-se de vida com a presença dos ervateiros a colher a erva, num trabalho verdadeiramente hercúleo.

Fundado o Banco Rio e Mato Grosso, sob a direção do dr. Joaquim Murtinho, aliou-se a ele Tomás Laranjeira, do que resultou a formação da Companhia Mate Laranjeira, sociedade anônima, com um capital de 15.000 ações, das quais Laranjeira ficou com apenas 110. Mais tarde, assumindo o governo de Mato Grosso o dr. Manuel Murtinho, mano do responsável pelo Banco Rio e Mato Grosso, o Estado arrendou àquela as terras devolutas situadas entre o ribeirão Onças, a serra de Amambá, o ribeirão São João e os rios Dourados, Brilhante, Ivinhema e Paraná. Em 15 de julho de 1893, essa área foi acrescida com todo o vale do Santa Maria, pela Resolução Legislativa n. 103.

Tomás Laranjeira, nome hoje em dia pouco conhecido das novas gerações, foi com a indústria extrativa um pioneiro, verdadeiro bandeirante, que muito fez no sentido da conquista e do desbravamento da região. Hoje em dia o seu nome é lembrado apenas nas referências históricas ligadas à Companhia Mate Laranjeira, que passou, no século 20, a constituir um estado dentro do Estado, formada por capital argentino e dirigida pelos representantes de seus acionistas.

A história desta Companhia, que ainda não foi escrita totalmente, é cheia de altos e baixos, estes quase sempre prejudiciais ao desenvolvimento regional, o qual somente pôde ser devidamente levado avante com a reação de governos de Mato Grosso, que aos poucos foi cortando as suas asas e contendo as suas arrancadas expansionistas.

É inegável a existência de alguns saldos positivos deixados pela Mate Laranjeira, como a abertura de estradas, a criação de localidades como Porto Murtinho, antiga fazenda Três Barras, em plena região pantaneira, por onde era exportado o produto da extração ervateira.

A intolerância dos donos da Mate Laranjeira para com os brasileiros que chegavam principalmente do Rio Grande do Sul, fugindo às impiedosas "guerras caudilhescas" que enlutaram aquele Estado no fim do século 19 e início do século 20, ensejou por parte destes um ambiente de

revolta contra o domínio da Empresa argentina, que não permitia o estabelecimento de outras atividades que não a extração ervateira de seu interesse, o surgimento do Movimento Divisionista, que teve por berço Nioaque. Ali repercutiu o brado de Muzzi, que ecoou na revolta de Mascarenhas, coadjuvado pelo advogado Barros Cassal, que ali se hominizara, vindo de Porto Alegre, por perseguição política.

Além de Porto Murtinho, as povoações de Ponta Porã, Bela Vista e Colônia Penzo (atual município de Antônio João) e Dourados foram localidades que se formaram durante este período marcante de após guerra, na região ervateira.

Com as ampliações verificadas no decorrer da concessão, a área ocupada pela Mate Laranjeira atingiu a mais de 1.600 léguas quadradas!

A fim de facilitar a exportação do produto, o Banco de Murtinho adquiriu à margem esquerda do rio Paraguai a fazenda Três Barras, abaixo do Fecho dos Morros, e fundou Porto Murtinho.

Passando ao controle da Mate Laranjeira, da qual era o maior acionista o Banco Rio e Mato Grosso, a indústria idealizada por Tomás Laranjeira expandiu-se muito além da expectativa, tornando-se o governo de Mato Grosso sem forças para interferir efetivamente na região, não faltando em alguns períodos governamentais a influência da Empresa, ligada a próceres políticos influentes<sup>4</sup>. A localidade de Campanário, na região de Ponta Porã, sede administrativa em Mato Grosso, da Mate Laranjeira, tornou-se durante alguns anos como que uma cidade medieval fechada a quem quer que fosse, um delegado de polícia ou mesmo um juiz de direito. As autoridades designadas pelo governo estadual eram simplesmente corrompidas se quisessem manter-se no cargo. Até mesmo o governo estadual, nos seus momentos de abertura financeira, recorreu a empréstimos e garantias que a Empresa atendia com vistas à aquisição futura da extensa área objeto da concessão.

4. A Mate Laranjeira “tão desproporcionadamente prosperou, em relação à economia mato-grossense, que, por fim dispunha de recursos com que pudesse intervir na política estadual, franca ou veladamente.(...). Conseqüência fatal de tal pujança, com o apoio fortalecia os governos amigos, do mesmo passo que perturbava, com sérias hostilidades, as administrações ou partidos adversos”. (V. Correia Filho, PEDRO CELESTINO, p. 102).

O domínio adquirido pela Mate Laranjeira baseava-se em contrato que firmara com o governo de Mato Grosso a 2 de agosto de 1894, contrato pelo qual lhe era dada a permissão para colher a erva a ser industrializada e comerciada “desde as cabeceiras do rio das Onças, na serra de Amambaí, pelo ribeirão S. João e nos Dourados, Brilhante, Ivinhema e Paraná até a serra das Onças”. Entrando em liquidação o Banco Rio e Mato Grosso, proprietário de 14.500 ações de um total de 15.000, do qual era presidente Manuel Murtinho, a concessão de exploração dos ervais, que perduraria até junho de 1916, passou para a firma Laranjeira, Mendes e Cia., com sede em Buenos Aires, sendo a transferência da concessão autorizada por lei especial de 19 de maio de 1902.

Além de estradas carreteiras abertas pela Mate Laranjeira, esta construiu uma estrada de ferro no Estado do Paraná ligando Guaíra a Porto Mendes, com a estação intermediária, Dr. Oliveira Castro, vencendo a região não-navegável de Sete Quedas. A última composição trafegou em 1954. A sua principal estação foi submersa, em 1982, com a formação da represa de Itaipu. Também em Porto Murtinho uma outra fora construída para transporte do produto das colheitas, desde os ervais até o cais de embarque, no rio Paraguai.

Desentendimentos políticos em Cuiabá, que não vem a pêlo historiar neste trabalho, protelaram durante anos uma decisão definitiva sobre a concessão para a exploração da erva-mate, apesar da proteção dispensada à Empresa pelo senador Antônio Azeredo, que enfrentava a campanha de defesa dos interesses do Estado e dos povoadores da região movida pela figura varonil de Pedro Celestino Correia da Costa.

Enquanto essa situação perdurava, os ervais do Paraná passaram a ser mais bem explorados e a Estrada de Ferro Noroeste ia avançando sobre a região sulina de Mato Grosso. Em consequência, a indústria ervateira do antigo império da Mate Laranjeira entrava em declínio.

Para se ter uma idéia do quanto o contrato da concessão interessava à Empresa, basta que se diga que sobre a produção de uma área de 1.400.000 hectares o Estado recebia apenas a importância de trezentos e cinquenta mil réis, até seis milhões de quilos de erva exportados.

No governo de Dom Fr. de Aquino Correia, eleito graças a um acordo entre as correntes políticas, títulos de propriedade de terras começaram a ser expedidos aos posseiros que conseguiram radicar-se na região.

Foi somente após a Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao Poder, com a mudança da mentalidade reinante na chamada República Velha, que a Empresa entrou em paulatina liquidação de suas propriedades. O governo federal desapropriou as instalações de Guaíra e o serviço de navegação que a Mate Laranjeira mantinha no alto Paraná, acabando com o monopólio que subsistiu durante setenta anos.

Como decorrência dessas medidas, novos povoadores foram entrando na região, surgindo núcleos populacionais hoje transformados em municípios.

Na região de Dourados, a Colônia Federal, criada pelo governo brasileiro, atraiu centenas de pequenos produtores rurais que foram desbravando a área que era coberta por ricas matas, cujo solo se mostrava propício à lavoura e à formação de viçosas pastagens.

Coube ao governo de Arnaldo Estêvão de Figueiredo (1947-1950), com a sua política de terras, dar o tiro de misericórdia na Mate Laranjeira, acabando com o agonizante império iniciado por Tomás Laranjeira.

## A imigração gaúcha

Ao mesmo tempo que a região de Mato Grosso, após a guerra do Paraguai, começava a ser repovoada, o Estado do Rio Grande do Sul era teatro de lutas políticas sangrentas a partir de 1891, perdurando até 1895, quando se extinguiu a Revolução Federalista. Os vencidos, principalmente, haviam se refugiado nas repúblicas vizinhas – Uruguai, Argentina e Paraguai – de onde muitos, temerosos de represálias ou cansados das lutas em que se empenharam, decidiram emigrar para Mato Grosso.

Foi assim que muitos rio-grandenses que fizeram história no Rio Grande deixaram o seu nome inscrito na historiografia de Mato Grosso do Sul. João de Barros Cassal, advogado, coronel Bento Xavier, Antônio Inácio Trindade, capitão honorário do Exército brasileiro, que promoveu intercâmbio entre Mato Grosso e o Rio Grande; Joaquim César, Constantino de Almeida, Felipe de Brum, Davi Medeiros, Policarpo d'Ávila, Pedro Gomes de Oliveira, José Leite Penteado, Antônio Falcão, os Loureiros e, além de muitos outros, Augusto Ilgenfritz<sup>5</sup>.

5. Este gaúcho resoluto toma a decisão de, saindo de São Tomé (RS), atingir a região mato-grossense pedalando uma bicicleta... Extenuado, chega a Posadas (Argentina) com o veículo às costas, vencido pelos areais das estradas... Prosseguiu, até onde pôde, por ferrovia. Mas veio!

Sozinhos, ou acompanhados de familiares, muitos foram os rio-grandenses que cruzaram, durante meses de caminhada, partes dos territórios da Argentina e Paraguai, a cavalo ou em carros-de-bois, até mesmo a pé, antes de chegarem a Mato Grosso. Historiadores rio-grandenses calculam em dez mil o número de gaúchos vindos no final do século 19 e início do século 20 para a região então assinalada como Nova Querência.

O escritor gaúcho Mário Beck esclarece que essa marcha era feita em quatro escalas ou paradas: a primeira em Posadas, na Argentina; a segunda em Encarnación (Paraguai); a terceira em São Joaquim, divisor das águas do Paraná e Paraguai; a quarta, em Ipeum (atual Paranhos), já em Mato Grosso do Sul. Durante a marcha, “crianças, cachorros e potrilhos iam nascendo”<sup>6</sup>.

6. “Ali encontraram os nossos coestaduanos, topografias, climas, meios enfim, análogos aos de suas terras natais. Os mesmos horizontes largos das imensas campinas! A mesma sinuosa cadeia de coxilhas! Largas pastagens à criação do gado! E o chimarrão? Sem ele o gaúcho não se aclimataria. Mas ali existem enormes ervais... E também a cuia espumando num amargo, foi mais um atilho que prendeu o guasca ao chão da Nova Querência.” (Mário Lima Beck, NOVA QUERÊNCIA – Crônica das emigrações rio-grandenses para Mato Grosso, p. 18, Livraria Selbach, Porto Alegre, 1935).

A primeira notícia da presença do rio-grandense na região pantaneira data do final do século 19, segundo o relato colhido em 1904 pelo viajante checo A. V. Fritch, feito por um “médico-feiticeiro caduveo” (o pajé Apatxaro), relato este mais recentemente divulgado por Loukotka<sup>7</sup> que afirma terem os gaúchos estado na região do Nabileque, sob o comando do coronel Benito Chovier<sup>8</sup>, a chamado de Malheiros, senhor de Barranco Branco, para combaterem os índios cadiveus. Textualmente, diz o relato: “Afinal, Malheiros tratou com o coronel Benito Chovier que lhe acudiu com os refugiados do Rio Grande do Sul. Eles tinham fugido da revolução e levado consigo o gado. Compraram fuzis de repetição (sistema mauser). Mas antes de chegarem à fazenda, foram atacados por Anu-

vila e dezoito Caduveo que mataram muitos homens do Rio Grande. Os outros se fecharam nas casas. Os caduveo os assediaram. Havia lá encerrados cento e vinte gaúchos. Tinham somente facões. Um valente correntino, Miguel Pires, apoderou-se corajosamente de um fuzil Remington. Feriu um Caduveo que estava trepado no telhado. Os outros fugiram para as florestas. Os refugiados do Rio Grande pensavam que havia lá muitas centenas de índios. Nesse momento nasceram grande desconfiança e muito medo nos dois partidos. Os infelizes Caduveo foram perseguidos como caça, de um lugar para outro. Não puderam nem fazer plantações nem contruir aldeias.”<sup>9</sup>

7. “Nouvelle contribution a l’étude de la vie et du langage des Kaduveo”, in *Journal de la Société des Americanistes*, NS, t. XXV, Paris, 1933, 253-254.

8. Não seria coronel Bento Xavier? Tudo indica que sim, pois Bento Xavier, por algum tempo, trabalhou na caça ao gado alçado, na fazenda de Malheiros.

9. Apud Guido Boggiani, “Os Caduveo”, p. 37.

Alguns gaúchos já estavam, porém, radicados na região antes da grande migração, que ficaram na região depois da desmobilização ocorrida no fim da Guerra do Paraguai, o que facilitou a acomodação dos chegantes, cuja maioria nunca mais regressou aos pagos, mas deixou-se ficar na nova querência onde havia pastagens para o gado e o mate para o chimarrão tradicional. A região fronteira era como que um prolongamento dos pampas. Tudo isso colaborou para que os rio-grandenses se sentissem em casa.

Os gaúchos Felipe de Brum e Adão de Barros destacaram-se então como anjos tutelares em assistência às comitivas chegantes depois de caminharem por três ou mais meses pelos sertões da Argentina e do Paraguai, enfrentando toda sorte de perigos, além de assaltantes correntinos que infestavam aquelas paragens.

Entre os rio-grandenses radicados na fronteira Brasil-Paraguai, destacou-se o coronel Bento Xavier, que após anos de vida pacata transformou-se em elemento perigoso, rebelando-se contra o governo estadual, não deixando de constituir motivo de desassossego para muita gente, inclusive para os habitantes de Campo Grande, cidade por ele assaltada, onde encontrou a reação destemida de Amando de Oliveira.

Em Nioaque, então próspera cidade sulina, centro de reações políticas, refugiara-se, em 1901, o advogado rio-grandense João de Barros Cassal, tribuno famoso que fizera parte do “governicho” que dominou o rio Grande após a renúncia de Júlio de Castilhos em 1891.

Possuidor de esplêndida facilidade de comunicação, arrastava, graças ao seu verbo inflamante, verdadeiras multidões quando ainda em Porto Alegre. Em Nioaque aliou-se a João Ferreira Mascarenhas, segundo vice-presidente do Estado, revolucionário mato-grossense. Como advogado de inúmeros posseiros, revoltou-se contra a morosidade e a indecisão do governo de Cuiabá em deferir os processos dos quais era patrono, mas que não interessavam à Mate Laranjeira e aos seus aliados, os irmãos Murtinho. Tendo sido paladino da liberdade no Rio Grande, em Mato Grosso tornou-se divisionista, pregando a separação do sul do Estado.

Não foi maior a sua contribuição ao movimento iniciado pelo capitão João Caetano Teixeira Muzzi, porque a morte o surpreendeu em 1903, vítima de congestão cerebral. Os seus restos mortais, trasladados para Porto Alegre, em 1906, foram apoteoticamente recebidos pela população.

Trazendo para a região os seus usos e costumes, os migrantes gaúchos, de mentalidade mais arejada, exerceram grande influência nos meios reinantes na fronteira, onde vegetava uma escassa população semi-ignara, que se comunicava por meio de um linguajar mesclado de português, espanhol e guarani. Durante anos os gaúchos empenharam-se em luta contra o monopólio da Empresa Mate Laranjeira, que se julgava senhora de todos os ervais da região.

Vitoriosa a Revolução de 1930, que alçou o gaúcho Getúlio Vargas à presidência da República do Brasil, foi o rio-grandense coronel Antônio Mena Gonçalves nomeado interventor no Estado de Mato Grosso, o que ensejou reacender no seio da população gaúcha o desejo de transmigrar-se para este Estado. Contudo, poucas famílias concretizaram essa aspiração.

A década de 70, principalmente nos últimos anos, com a “descoberta” do aproveitamento dos cerrados para a expansão da agricultura, foi marcada com a emigração de paranaenses, catarinenses e especialmente de gaúchos que, economicamente em boa situação, afluíram à região, dedicando-se principalmente à lavoura de cereais, arroz, trigo e soja, trans-

formando os campos e cerrados em verdejantes plantações desde São Gabriel do Oeste a Ponta Porã, inclusive a região da Grande Dourados.

A chegada dos filhos do Rio Grande do Sul, afeitos ao amanho da terra e acostumados ao uso de fertilizantes, até então quase desconhecidos dos antigos habitantes da região, ocasionou verdadeira revolução nos meios agrícolas do surgente Mato Grosso do Sul.

Criado o novo Estado, em 1977, essa migração atingiu o clímax, dada a justa euforia que tomara conta de todos. Em consequência, vilarejos até então modorrentos, se transformaram em povoados trepidantes enquanto que outros núcleos populacionais surgiram quase que de um dia para o outro.

Instalado o primeiro governo do Estado, contingências de ordem política ensejaram a nomeação de um governante vindo, coincidentemente, de terras gaúchas. O *matogrossês*, ao invés de demonstrar repulsa à “invasão” gaúcha, recebeu de braços abertos aos chegantes e, irmanados, estão construindo um grande Estado, do qual, em futuro não muito distante, todo o Brasil se orgulhará.

## Criação do Território de Ponta Porã

Na década de trinta, quando o movimento em prol da divisão de Mato Grosso viveu talvez a mais intensa e exaltada fase de sua história, é que ocorreu a realização, em parte, do seu desideratum. Deu-se isso em 1943, no dia 13 de setembro, quando o governo federal, então presidido por Getúlio Vargas, houve por bem criar cinco territórios federais, sendo dois com áreas do território de Mato Grosso – Ponta Porã e Guaporé (hoje Estado de Rondônia). O primeiro na fronteira com o Paraguai e o segundo na região fronteira com a Bolívia. Os demais foram Amapá, Rio Branco e Iguazu. O de Ponta Porã e o de Iguazu tiveram existência efêmera.

A criação dos cinco territórios teve origem no mesmo decreto-lei presidencial, de n. 5.812, publicado no Diário Oficial de 29 do mesmo mês e ano. Desmembrado de Mato Grosso, passaram a integrar o Território os municípios e distritos de Ponta Porã (capital), Maracaju, Porto Murtinho, Nioaque, Bela Vista, Dourados e Miranda.

A administração territorial, de acordo com o Decreto-Lei n. 5.839, de 21 de setembro do mesmo ano, seria a mesma do Estado do qual fora desmembrado. No ano seguinte, a 5 de janeiro, o coronel Ramiro Noronha foi nomeado governador do Território e, a 31 do mesmo mês, chegou a Ponta Porã, instalando o seu governo.

Foi assim que expressiva parcela da área territorial mato-grossense, praticamente desbravada e povoada por famílias vindas do Rio Grande do Sul, onde por primeiro se ouvira, no século anterior, o brado separatista, libertou-se dos liames que a prendiam à longínqua Cuiabá. Coincidentemente o chefe do governo federal era também de origem sul-rio-grandense.

A criação do Território de Ponta Porã, apesar de ser uma vitória para uns, foi decepcionante para ponderável parcela da região sul-mato-grossense, que tanto se batera pela separação da região norte. Todavia, restava a esperança de que esse fora o primeiro passo para a almejada divisão do Estado. Em decorrência da criação do Território, justas e insopitáveis demonstrações de euforia tomaram conta da gente fronteiriça e um seu ilustre filho (*Hélio Serejo*) assim registrou o acontecimento: “Gente nova chega todos os dias. Aos magotes. A fronteira faz rebrilhar os seus olhares curiosos. A vivência paraguaia impressiona a todos: costumes, fala e hospitalidade. As cidades são irmãs: se entendem magnificamente. O que encanta a gregos e troianos. Mas... a cidade vaidosa, que carrega a esbelteza, é a brasileira. Por quê? Porque é a capital com todas as honras. Foi decisão do eminente Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República. Nós lhe somos gratos – gratos de verdade, ao ilustre e buenacho filho de São Borja. Gaúcho de muita fibra, que ama, com sinceridade, o nosso querido Mato Grosso, querência de milhares e milhares de gaúchos macanudaços.”

Instalado o governo territorial, este passou a cuidar da sua organização administrativa e judiciária. Comarcas e municípios foram criados, não faltando especial atenção para com o ensino primário então praticamente inexistente na região.

A fim de facilitar o aproveitamento das férteis terras da nascente povoação de Dourados, o governo federal, pelo Decreto n. 5.941, de 28.10.43, implantou a Colônia Federal de Dourados, no município de Ponta Porã, numa área de trezentos mil hectares, dividida em dez mil lotes de trinta hectares cada, que foram cedidos a colonos, o que deu grande impulso à

região com a colocação de inúmeras famílias de agricultores, principalmente nordestinos, o que ensejou alguns anos depois o surgimento de povoados e a criação de prósperos municípios que constituem a hoje denominada Grande Dourados. Esta Colônia deveria ter sido criada um ano antes, em 1942, em decorrência de sugestão do Ministério da Agricultura, não fora a atitude adotada pelo interventor federal em Mato Grosso – bacharel Júlio Müller, que negou a cessão da área pretendida, sob a alegação de que ela deveria ser localizada na região norte do Estado... Foi essa atitude do então interventor recebida pelos sulistas como mais uma demonstração de que o que fosse bom para o sul não era para o norte. Getúlio Vargas, que na sua visão de estadista sempre esperava o momento oportuno para efetivar o que planejara, exarou, na ocasião, lacônico despacho nos seguintes termos: “Não querendo o Estado fazer cessão das terras escolhidas pelos técnicos do Ministério da Agricultura, não pode ser criada a Colônia. Rio, 19.02.942.”

A 17 de novembro de 1945, o governador Ramiro Noronha, que demonstrara ser possuidor de alto tino de administrador, deixou o governo do Território, em virtude de exoneração solicitada. Substituiu-o o major José Guiomar dos Santos, que logo depois foi substituído pelo médico José Alves de Albuquerque.

No ano de 1946, promulgada a nova Constituição Federal, esta trouxe no seu capítulo de Disposições Transitórias, artigo 8.º, a extinção do Território de Ponta Porã, voltando a sua área a integrar o Estado de Mato Grosso.

Foi decepcionante para os territorianos a decisão constitucional. Em conseqüência, a esperança de que o sonho separatista um dia se concretizasse voltou a ser uma constante no seio de toda a população que mourejava acima da torrente do Paraná.

-----

# Demóstenes Martins

---

Demóstenes Martins (Goiana, PE, 1894 – Campo Grande, 1995). Foi prefeito em várias cidades do sul de Mato Grosso uno e várias vezes secretário de Estado. De suas obras destacam-se: ASPECTOS JURÍDICOS E POLÍTICOS DO MUNICÍPIO (1972), HISTÓRIA DE MATO GROSSO (1975) e A POEIRA DA JORNADA (1980).

## Itinerário de um destino

O povoamento de Mato Grosso foi a resultante do descobrimento das minas de ouro de Cuiabá pelos bandeirantes vindos de São Paulo na preia dos índios. Esgotados os depósitos auríferos aluvionais do Coxipó e do Sutil, o espírito ambulatório dos sertanistas imantou-se no sentido da posse das terras visualizada na fundação das fazendas para o apascentamento dos rebanhos. Ademais, a posse de grandes tratos de terra dava ao sertanistas foros de opulência e de nobreza, a cepa do nosso coronelismo, que se assemelhava a um feudalismo achamboado, no dizer de Euclides da Cunha.

A movimentação da própria lida do pastoreio impunha a penetração de novos horizontes, num centrifugismo ampliador que desvendava paragens mais vantajosas, propiciando novas posses.

Foram as investidas dos sertanistas, nas pegadas das bandeiras paulistas, repulsadoras dos castelhanos das reduções erigidas à sombra da linha de Tordesilhas, que ensejaram as posses na região da Vacaria, no sul mato-grossense. Deve-se ao intemorato sertanista Joaquim Francisco Lopes o reconhecimento dessa região através das suas dezessete entradas, vindo de sua fazenda Monte Alegre, nas proximidades do rio Paraná, para as bodas do seu espírito de bandeirante com a virgindade de paragens igno-

tas. A ele deve-se a vinda dos Barbosas, dos Lopes e dos Sosas, os pioneiros do povoamento da Vacaria com os rebanhos que trouxeram. Foram eles os povoadores da região, que os paraguaios reivindicaram como de seu domínio. As suas posses entre os rios Apa e Miranda foram os marcos que assinalaram as raias do Império nesses lindes distanciados.

Com a invasão da região pelas tropas de Solano Lopez, a mando do coronel Francisco Isidoro Resquin, os posseiros tiveram que abandonar as suas fazendas até que, concluída a guerra em 1870, tornaram a elas, restaurando-as.

Assim, vindo de Monte Alegre, Minas Gerais, José Antônio Pereira aportou, a 21 de junho de 1872, à confluência dos córregos que mais tarde se chamariam de Prosa e Segredo, local que julgou adequado ao estabelecimento de sua posse, resolvendo aí ficar.

Decidido a fixar-se nessas paragens, retornou a Monte Alegre a fim de trazer dali os integrantes de sua numerosa família e os seus haveres, deixando na posse o poconeano João Nepomuceno, com quem se encontrara no local. Entrementes, este, aventureira criatura, comete um crime, assassinando, numa disputa sobre a compra de uma rês para seu abastecimento, o fazendeiro de Camapuã Joaquim Mota, que o obrigou a refugiar-se da justiça, abandonando a posse, traspassando-a ao mineiro Manuel Vieira de Sousa que, numa caravana em que vinham vários familiares, rumava para o sertão em busca de terras para uma posse. Res salvou, porém, o transferente, o direito que caberia a José Antônio Pereira, caso retornasse este de sua viagem a Monte Alegre, que se dilatara das previsões estimadas.

Estabelece-se Manuel Vieira na posse e a 14 de agosto de 1875 vê chegar José Antônio Pereira conduzindo numerosa caravana composta de seis carros-de-bois atestados de bagagens, víveres, sementes e mudas de árvores frutíferas à frente de um lote de gado de criar e animais de campeio. Vinham, ao todo, entre familiares e escravos, 62 pessoas.

Esclarecida a situação criada com a fuga de João Nepomuceno, ocasionadora da transação que efetuara, entenderam-se os posseiros e permaneceram no local onde realizaram, para acomodação de todos, a construção de vários ranchos ao longo do atual córrego do Prosa, que seria mais tarde, a rua que se denominaria 26 de Agosto.

Lançadas as construções que, dessarte ganhariam aspecto de povoado, prestes ele se desenvolveu, mercê de sua posição que era a de ponto de apoio naquelas ermas paragens para os que da Vacaria demandavam Camapuã, no caminho para Santana do Paranaíba, em busca das terras de Minas Gerais, pela via terrestre, ou as de São Paulo, pela via fluvial do rio Pardo. Concorreu também para o seu progresso a construção de uma igrejinha com que se desobrigara José Antônio Pereira de promessa feita a Santo Antônio, quando, no seu trajeto para a nova terra, fora detido, em Santana do Paranaíba, por um surto de malária ali dominante.

Os moradores de distanciadas regiões vinham no fervor de sua crença trazer à imagem do taumaturgo de Pádua as oblatas das suas preces e os rogos para as suas aflições.

No seu panteísmo de crente de Santo Antônio e na moldura do ambiente físico da gleba em que se instalara, José Antônio dá-lhe o nome de Santo Antônio de Campo Grande. Era, realmente, grande, mesmo imenso, o desafogado campo em que se situara.

Fortalecido pela sua expressão demográfica que se vai adensando, o local ganha foros de povoado. Em 1878 vem da vila de Nioaque o padre Julião Urquia rezar a primeira missa, sob a invocação de Santo Antônio, e realizar casamentos e batizados em cerimônias festivas que se celebraram no dia 4 de março. De então em diante, o velho cura incluía sempre o povoado de Santo Antônio de Campo Grande nas suas desobrigas pelos sertões, na sementeira da fé cristã.

## Organização política

A Lei n. 792, de 22 de novembro de 1889, promulgada pelo presidente da província – a notícia da proclamação da República, a 15 de novembro, somente chegou a Cuiabá a 9 de dezembro de 1889 – ainda atreita à divisão administrativa imperial, criou a freguesia de Santo Antônio de Campo Grande, pertencente ao município de Nioaque.

Instituída a república, a Lei n. 165, de 6 de março de 1897, transferiu a freguesia da jurisdição da comarca de Nioaque para a de Miranda.

Com a fundação do povoado de Aquidauana, em 15 de agosto de 1892, às margens desse rio, um dos afluentes do Miranda que, por sua vez, é um dos tributários do Paraguai, mais um elo se acresceu à cadeia

de comunicações que Campo Grande centralizava. É que aquele povoado, implantado à margem do rio navegável, seria o porto por onde os habitantes do planalto, especialmente da Vacaria, receberiam as utilidades de que careciam, transportadas pela via fluvial servida de lanchas a vapor rebocando chatas.

Essa via fluvial era o caminho mais propício às viagens à capital do Estado, Cuiabá, e Rio de Janeiro, os dois pólos de relações políticas, administrativas e comerciais do novel centro de população que dia a dia ganhava desenvolvimento. Destarte, a estrada para Aquidauana passou a ter intensa movimentação de carros e carretas-de-bois transportadoras de mercadorias, suplantando, assim, o comércio que se fazia com a distante Conceição, no Paraguai, empório da região da Vacaria.

## O município

Continuando a desenvolver-se, a freguesia foi elevada à categoria de vila, constituindo um município da comarca de Nioaque pela Lei n. 225, de 26 de agosto de 1899, data festivamente comemorada como o dia da cidade.

Criado o município, foi nomeado seu primeiro intendente (hoje prefeito), Francisco Mestre, pelo governador (então presidente) do Estado, um dos mais esclarecidos e intelectualmente capazes cidadãos da nova comuna.

. . . . .

A amenidade do clima, a fertilidade do solo, a posição geográfica ensejadora de um dominante centripetismo na região, a força da atração do convívio humano nessas paragens solitárias, foram as parcelas que deram vitalidade, destaque e importância à vila de Santo Antônio de Campo Grande, já na posse de foros de município, no dealbar deste século (*século 20*).

-----

# Eduardo Machado Metelo

---

Eduardo Machado Metelo (Campo Grande, 1930-2000), advogado, professor, pecuarista. Publicou (em 1994) 3 CASOS e MEU AMIGO AUTONOMISTA.

## Três casos de meu pai – I

O que você prefere: “um na mão ou dois voando?” – costumava perguntar meu pai, com seu espírito brincalhão, o que fazia dele companhia agradável e disputada, onde se encontrasse.

Depois de saborear a resposta que invariavelmente recebia, de que era melhor ter pouco do que arriscar a ficar sem nada, ele, gargalhando, esclarecia: – Estou falando de marimbondos...

\* \* \* \* \*

As vacas, marca Machado, enormes, brancas, da raça nelore, mansas, tranqüilas, comiam as pastagens verdejantes da beira das lagoas, verdadeiros espelhos líquidos gigantesco, onde a Natureza, vaidosa, se mirava.

Os bezerros pulavam, espertos, sadios, fazendo travessuras, espantando os bandos de pássaros-pretos, que em nuvens espavoridas se espalhavam pelas matas.

Foi nesse ambiente paradisíaco, na fazenda Palmeiras, que meu pai me propôs uma sociedade. Uma parceria, meio a meio, era o que ele me propunha: cada vaca seria repartida, igualmente, metade para cada um de nós.

Somente quando ele esclareceu melhor a proposta, percebi se tratar de mais uma de suas brincadeiras.

As vacas criadoras seriam repartidas pela metade, sim. Mas, a metade da frente, que pastava, comia sal e dava despesas, seria minha. A metade

de trás, que paria, dava leite, produzia esterco para adubar as culturas e, portanto, oferecia lucros, seria dele...

\* \* \* \* \*

Campo Grande se engalanara para receber o seu mais novo melhoramento. Uma fonte luminosa, que o prefeito Marcílio de Oliveira Lima inaugurara, fora eleita a atração do momento.

A população inteira ia admirar aquele fino monumento, colocado no centro do Jardim Público, dominando o lago artificial redondo. Todos ficavam embevecidos, horas e horas, encantados com o inebriante bailar das águas, acompanhando os suaves acordes que saíam de dentro da fonte, mudando conforme a força dos jatos e à mercê da constante variação das cores luminosas. Foi aí que meu pai, divisionista convicto, inventou mais uma anedota, tendo como protagonistas os eternos alvos de suas farpas gozadoras.

Começou a dizer que a Praça Ari Coelho estava sendo invadida por inúmeros cuiabanos, que, também extasiados com a beleza das águas multicoloridas da fonte luminosa, vinham buscar, munidos de uma porção de frasquinhos, um pouco do precioso líquido, de várias cores, para levar para Cuiabá.

## Três Casos de meu pai – II

– Vaca pintada dá leite? – perguntou meu pai, em uma das suas brincadeiras prediletas.

Quando alguém, levando a sério a pergunta, respondia que era claro que dava leite, sendo mesmo as vacas mais leiteiras, as holandesas, geralmente bem pintadas, meu pai concluía:

– Eu estou falando de vaca pintada, num quadro, num livro...

– Ah, assim não – dizia o interlocutor, querendo se desculpar.

– Pois é. Aí é que você se engana – tornava meu pai. – Dá leite, sim. Só que é leite também pintado, no quadro, no livro.

\* \* \* \* \*

O Cartola, menino criado em casa, era quem mais sofria com as perguntas ambíguas que meu pai formulava.

– Cartola, se você encontrar um burro na rua, quem é que bate continência, você ou o burro?

– O burro – respondia o menino.

– Quer dizer que você é mais burro que ele?

– Não, não – procurava corrigir o Cartola – eu é que bato continência para ele!

– Então o burro é seu superior?

Cansado de errar, fosse qual fosse a resposta, o Cartola passou a dizer:

– Ninguém bate continência, nem eu nem o burro!

Mesmo assim não conseguia escapar da ironia de meu pai, que retornava:

– Nesse caso, quer dizer que vocês são iguais! Absolutamente iguais!

\* \* \* \* \*

Em outra ocasião, na fazenda Palmeiras, meu pai continuou a judiar da ingenuidade do Cartola.

– Sabe qual é a única diferença entre você e um jumento, Cartola?

E ante o silêncio que seguia, meu pai mesmo dava a resposta:

– É que o jumento não sabe ler, menino!

Surpreso, na ânsia de se defender, querendo contestar a afirmação que não fora bem entendida, o Cartola retrucou:

– Mas eu também não sei ler!

Meu pai fulminou:

– Então, não á diferença entre você e o jumento...

-----

